



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Departamento De Educação-Campus XIII-Itaberaba
Licenciatura Em História

DAIANE DEYSEH SILVA DE CARVALHO

**EDUCAÇÃO E MAÇONARIA EM ITABERABA: um olhar sobre a Escola Everaldo
Bacelar (1950-1970)**

ITABERABA, BAHIA

2025

DAIANE DEYSEH SILVA DE CARVALHO

**EDUCAÇÃO E MAÇONARIA EM ITABERABA: um olhar sobre a Escola Everaldo
Bacelar (1950-1970)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade do Estado da Bahia,
Departamento de Educação, Campus XIII,
como requisito parcial para obtenção do título
de Licenciatura em História. Orientador:
Professora Dra. Nora de Cássia.

ITABERABA, BAHIA

2025

AGRADECIMENTOS:

Em primeiro lugar, gostaria de registrar minha gratidão ao alicerce fundamental para desenvolvimento deste trabalho: minha família, especialmente, minha mãe, que sempre foi a maior incentivadora dos meus sonhos. Agradeço por seu apoio e compreensão nos momentos de ausência, quando tantas vezes precisei me isolar no computador para escrever, e por todo esforço que fez para que eu tivesse a chance de me dedicar aos estudos.

Agradeço ainda, ao meu companheiro que fez o papel de revisor do texto quando este já estava em suas 50 páginas, pelo auxílio com os dados estatísticos e, principalmente, suporte emocional em todos os momentos difíceis dessa caminhada.

À minha orientadora, Nora de Cássia, que em sua competência singular, foi sempre uma inspiração ao longo da graduação, e aos meus professores, cujos ensinamentos contribuíram para a construção da historiadora e professora que venho me tornando.

Aos conterrâneos que conheci durante a pesquisa e que, com sua experiência na educação, iluminaram meu caminho pela história de Itaberaba, especialmente às Professoras Railda Santana e Diucires Mascarenhas, cujas memórias enriqueceram a análise e ajudaram no entendimento do tema.

À equipe da Escola Everaldo Bacelar, tão indispensável para coleta das fontes, que me recebeu por diversas vezes em seu espaço, assim como a Loja Maçônica Deus, Justiça e Fraternidade, na pessoa de José Carlos Lopes, pela atenção e disponibilidade diante das necessidades da pesquisa.

Por fim, ressalto minha gratidão aos colaboradores do Arquivo Público Municipal e da Câmara Municipal de Itaberaba, bem como ao Núcleo de História Local (NHL) que enquanto espaço de extensão, foi minha segunda casa por esses meses e ampliou meu horizonte de pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa apresenta o estudo sobre a relação da Escola Everaldo Bacelar com a Loja Maçônica Deus, Justiça e fraternidade, responsável por sua fundação no ano de 1958, em parceria com o governo do estado. Busca compreender o envolvimento da Maçonaria com a educação e analisar seu compromisso com a instrução pública no município itaberabense ao longo da década de 1950 até a década de 1970, quando houve um período de crise na escola, a partir das dificuldades manifestadas pela Loja em manter a instituição e cumprir sua parte no convênio estabelecido. Utiliza como principais fontes documentais correspondências e registros escolares provenientes do arquivo interno da escola, ofícios do Arquivo Público Municipal, atas da Câmara Municipal de Itaberaba e Fontes jornalísticas locais.

Palavras-chave: Educação; Maçonaria; Itaberaba; República.

ABSTRACT

This research presents a study on the relationship between the Everaldo Bacelar School and the Masonic Lodge Deus, Justiça e Fraternidade (God, Justice and Fraternity), responsible for its founding in 1958, in partnership with the state government. It seeks to understand the involvement of Freemasonry with education and analyze its commitment to public instruction in the municipality of Itaberaba throughout the 1950s until the 1970s, when the school experienced a period of crisis due to difficulties the Lodge faced in maintaining the institution and fulfilling its part of the established agreement. The main documentary sources used are correspondence and school records from the school's internal archive, official documents from the Municipal Public Archive, minutes of the Itaberaba City Council, and local journalistic sources.

Keywords: Education; Freemasonry; Itaberaba; Republic.

LISTA DE FIGURAS:

Figura 1: Placa na frente da E.E.B indicando o convênio que mantém a escola no prédio da Loja Maçônica	30
Figura 2: Loja Maçônica em Itaberaba e escola Everaldo Bacelar	31
Figura 3: Everaldo de Souza Bacelar, patrono da escola	32
Figura 4: Lúcia Marques de Sá, primeira professora (1958–1969) e primeira diretora da E.E.B (1969–1981)	41
Figura 5: Salão nobre- Loja Maçônica Deus, Justiça e Fraternidade	60
Figura 6: Corredor de entrada-Loja Maçônica Deus, Justiça e Fraternidade	61

LISTA DE TABELAS:

Tabela 1- Pessoas presentes de 5 a 14 anos que sabem ler e escrever na Bahia em 1950.....	14
Tabela 2- Lista de lojas maçônicas fundadoras de escolas na Bahia (1889–1930)	36
Tabela 3- Relação de professoras da E.E.B em 1973.....	47
Tabela 4- Inventário de mobiliário e objetos pertencentes à escola (1972)	64
Tabela 5- Alunos matriculados na E.E.B (1959–1975)	68

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: EDUCAÇÃO E PODER- A POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL (1950- 1970)	12
1.1 A política educacional sob a ditadura militar (1964-1970)	21
1.2. Novos agentes entram em cena: o papel da maçonaria na educação em Itaberaba..	29
CAPÍTULO 2: EDUCAÇÃO E MAÇONARIA - A ESCOLA EVERALDO BACELAR	33
2.1 “Pintora, pedreira e tudo que necessitasse”: a E.E.B na gestão de Lúcia Marques de Sá.....	41
2.2. Um breve olhar sobre os eventos, formalidades e cotidiano escolar da e.e.b	47
CAPÍTULO 3-QUANDO O APOIO SE TORNA DISPUTA: CONFLITOS NA RELAÇÃO ESCOLA-MAÇONARIA	54
3.1 “as necessidades são muitas”: o relatório da E.E.B para o Grão Mestre da loja maçônica	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
FONTES HISTÓRICAS:	73
REFERÊNCIAS:	75

INTRODUÇÃO

Localizada na região centro norte baiana, Itaberaba é uma cidade marcada pela cultura sertaneja e com espaços repletos de memórias que revelam seu passado histórico. Um desses locais é o marco zero do município: a Praça de Nossa Senhora do Rosário, conhecida simplesmente como Praça do Rosário. No entanto, o que nos chama a atenção não é a praça em si, mas a escola localizada em seu entorno, a Escola Everaldo Bacelar. Em dias de aula, ao passar por lá, é comum ver uma pequena algazarra de crianças brincando no parque da praça, com seus professores atentos logo atrás, o que revela uma cena cativante da vida escolar na cidade.

Essa cena permite vislumbre do passado e do presente da educação no município. A Escola Municipal Everaldo Bacelar, situada nesse local emblemático, carrega consigo uma história que se confunde com a própria história da comunidade, por ser um dos mais antigos prédios escolares da cidade. Ao nos depararmos com essa realidade, somos levados a questionar não apenas os fatores que levaram à criação da escola, mas também a compreender o passado da educação em Itaberaba a partir do seu papel para a comunidade.

Essa escola em particular, desperta diversas questões para a presente pesquisa por sua relação com a Loja Maçônica Deus, Justiça e Fraternidade. O vínculo entre as duas instituições, especialmente considerando que a Loja maçônica teve papel fundamental na fundação da escola, lança luz sobre aspectos históricos e culturais que permeiam a educação e a sociedade de Itaberaba. As razões desse vínculo e a relação da maçonaria com a Escola Everaldo Bacelar são aspectos que investigamos neste estudo.

Apesar da história de Itaberaba ter sido abordada por autores como Epitácio Cerqueira, Tadeu Baliza e Marcos Brandão acreditamos que seu desenvolvimento educacional é um campo que pode ser ainda explorado, visto que, a história da educação é essencial para entender a constituição da sociedade.¹ A Escola Everaldo Bacelar, fundada no final da década de 1950, representa um espaço histórico que conserva vestígios da instrução pública em Itaberaba, revelando as dinâmicas sociais locais ao longo do período neste município, que podem enriquecer a produção de conhecimento em História Local e, especialmente, História da Educação.

¹ CERQUEIRA, Epitácio Pedreira de. Pedra que brilha. Revista e aumentada-EGBA. Salvador, 2003; JÚNIOR, Souza et al. “Pedra que Brilha” em uma região sertaneja: institucionalização, poder e sociedade (1850-1888). Feira de Santana, 2015; BRANDÃO, Marcos Sampaio. A construção do espaço: o caso de Itaberaba. GeoTextos, 2009.

A Escola Everaldo Bacelar atualmente atende crianças do ensino infantil até o 1º ano do ensino fundamental. Desde sua fundação em maio de 1958, foi mantida por esforços de um convênio entre o governo do estado e a Loja maçônica, que durou até o ano de 2004. Nesse ano, foi municipalizada, passando para os cuidados da prefeitura, mas seguiu funcionando no prédio que pertence à maçonaria. No início da década de 1970, dividir esse espaço tornou-se motivo de tensões, a medida em que a demanda da escola cresceu e a Loja passou a demonstrar dificuldades em dar suporte para sua manutenção.

Considerando os aspectos descritos, é evidente que estamos diante de um objeto de pesquisa, revelador do passado educacional de Itaberaba, cujo estudo pode contribuir para a compreensão das relações socioculturais locais. Pretendemos em nosso trabalho, analisar a relação entre a Loja Maçônica Deus, Justiça e Fraternidade e a escola Everaldo Bacelar no âmbito da educação pública em Itaberaba, a partir de sua fundação em 1958 até meados da década de 1970, data limite das fontes coletadas para compor a análise central deste trabalho.

A pesquisa aqui apresentada nasce do desejo de contribuir para a construção do conhecimento da história educacional da cidade, na qual cresci e frequentei espaços escolares como a Everaldo Bacelar, fundamentais para formação da juventude itaberabense. Vislumbrar a história por meio das instituições escolares possibilita conhecer os valores que permeiam as relações entre educação, sociedade e cultura, sendo, portanto, uma forma de entender a constituição histórica dos espaços sociais.

A maçonaria esteve presente em inúmeros contextos históricos ao longo do tempo, inclusive em eventos da história brasileira, entre figuras da política, cultura e sociedade civil. Porém, é notório que a instituição ainda ocupa um lugar nebuloso na historiografia que carece de maior atenção, especialmente no cenário baiano. Parte das razões que dificultam a pesquisa sobre a maçonaria é o acesso às fontes, dado o caráter restrito com que boa parte das Lojas mantém seus arquivos. Mas, este fator não nos impediu de avançar em nosso estudo, na medida em que pudemos selecionar outras fontes.

Ao antevermos as possíveis dificuldades com o acesso aos arquivos da Maçonaria buscamos outras fontes que pudessem fornecer rastros da administração do cotidiano escolar, a fim de identificar a atuação da maçonaria naquela escola. A partir do trabalho de Carlos Bacellar (2006), que discute uma variedade de fontes e orienta sua utilização, atentamos para as correspondências, as quais o autor aponta que podem indicar diversos temas do cotidiano administrativo e relacionamento entre autoridades e órgãos públicos. Aquelas encontradas no acervo da escola se revelaram de grande utilidade, pois registram solicitações e comunicados

de dentro e fora da escola, com autoridades locais, órgãos da educação e com membros da própria Loja Maçônica.²

No arquivo da Escola Everaldo Bacelar, coletamos correspondências recebidas e expedidas de/para órgãos públicos, como a prefeitura, a Câmara dos Vereadores, a Secretaria de Educação e Cultura, e especialmente, a Loja Maçônica Deus, Justiça e Fraternidade. Em meio a esse material, identificamos os primeiros rastros da convivência compartilhada no espaço que a Loja Maçônica emprestara para funcionamento da Escola Everaldo Bacelar, local que gerou certas tensões entre a diretoria e os maçons.

Além das fontes documentais, nossa pesquisa foi acompanhada pelo suporte da Loja Maçônica de Itaberaba, através do maçom José Carlos Lopes, com quem mantivemos contato ao longo do processo de escrita e nos forneceu informações, bem como do apoio da ex diretora da Escola Everaldo Bacelar, Diucires Mascarenhas, gestora na década de 1990 cuja vasta experiência possibilitou conhecer mais da história da escola e da educação no município.

A professora Diucires Mascarenhas nos prestou entrevista em 2024, quando estávamos escrevendo o projeto de pesquisa deste trabalho, no entanto, devido à redução de nosso recorte temporal para o limite da década de 1970, não utilizamos os relatos orais coletados, já que eram referentes ao seu período de atuação-1990. Ainda assim, por se tratar de uma profissional com longo histórico na educação de Itaberaba, o contínuo contato com a professora Mascarenhas auxiliou no desenvolvimento da pesquisa, assim como documentos da escola que ela mantinha em seu acervo privado e que nos disponibilizou.

Sabendo que “as fontes provenientes das práticas escolares não representam as únicas possibilidades para os estudos histórico-educativos, portanto não são auto-suficientes, ainda que sejam importantes e significativas” (Silva, 2009, p. 220) utilizaremos também arquivos do Poder Executivo e Legislativo, no âmbito estadual e federal, disponíveis online e no Arquivo Municipal Roque Fagundes e em acervos digitais, a fim de apontar medidas no campo da educação no estado que afetaram a escola estadual que é nosso objeto.

Também recorreremos às fontes jornalísticas de Itaberaba, que nos proporcionaram uma acompanhar os assuntos que circulavam na cidade, particularmente aqueles de ordem educacional. Além do Jornal *O Paraguaçu*, que divulgava notícias da região da Chapada e Bacia do Paraguaçu, Itaberaba possuía desde os anos 20 o periódico *O Itaberaba*, extinto em meados da década de 1950, mas não sem antes deixar registros do cotidiano, problemas e desafios

² BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Uso e mau uso dos arquivos. In: Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2006.

experimentados na cidade. Com o material da última década, pudemos compreender um pouco do contexto educacional em Itaberaba para o período e entender melhor os desafios educacionais enfrentados pelo município.

As fontes da imprensa local estão disponíveis no Núcleo de História Local (NHL), na UNEB, Campus XIII, local de salvaguarda de acervos históricos variados que contribui para a difusão de pesquisa e extensão no departamento. Como monitora extensionista do espaço, foi possível entrar em contato com esse arquivo, que muito auxiliou no desenvolvimento da pesquisa histórica, para a qual as fontes são cruciais. Por isso é válido ressaltar a importância de locais como o NHL para preservação histórica e patrimonial e apoio à produção científica.

Este trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro, intitulado “Educação e Poder- a política educacional no Brasil (1950- 1970)”, apresentamos a conjuntura histórica e política do período e analisamos as transformações educacionais no Brasil, buscando compreender como as políticas desenvolvimentistas e tecnicistas refletiram-se no contexto baiano e itaberabense. Além disso, o capítulo reflete sobre as condições e limitações da realidade do ensino local em Itaberaba e introduz a atuação da Maçonaria, através da Loja Deus, Justiça e Fraternidade enquanto agente social que passa a ocupar lacunas deixadas pelo poder público no campo educacional em Itaberaba, fundando escola Everaldo Bacelar em 1958.

No segundo capítulo, nos debruçamos sobre as motivações e envolvimento da Maçonaria com a educação historicamente, com ênfase na criação e funcionamento da Escola Everaldo Bacelar, em Itaberaba. Examinamos também as condições estruturais e pedagógicas da escola e a dinâmica do seu cotidiano entre as décadas de 1960 e 1970, bem como o papel da primeira professora e diretora da escola, Lúcia Marques de Sá, cuja atuação evidencia o diálogo constante com órgãos educacionais e autoridades locais que sustentou o funcionamento da instituição.

Por fim no terceiro e último capítulo, discutimos as tensões que emergiram na relação da Loja Maçônica com a escola, quando, o compromisso inicial com a manutenção da instituição começou a se tornar um desafio. Ao mesmo tempo, refletimos sobre o papel social da Escola Everaldo Bacelar ao longo de sua trajetória, analisando seu crescimento e consolidação no município de Itaberaba.

CAPÍTULO 1: EDUCAÇÃO E PODER- A POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL (1950- 1970)

Neste capítulo, pretendemos entender a conjuntura histórica que o Brasil atravessou a partir de meados de 1950, até o fim da década de 1970, procurando investigar o contexto itaberabense, especialmente sobre a educação. Essa é uma fase de grande efervescência no cenário brasileiro, marcada por transformações políticas e econômicas que influenciaram diretamente as políticas públicas educacionais, sendo este setor um dos alicerces do projeto desenvolvimentista e, posteriormente, de controle ideológico no período militar, como discutiremos mais à frente.

De 1950 a 1970 vozes de mudança ecoavam pelo Brasil, alcançando os setores educacionais. A primeira década vivia os efeitos da política do nacional-desenvolvimentismo, iniciada ainda no governo Vargas, que visava modernizar e impulsionar a economia nacional. Na época, boa parte da população brasileira ainda era rural, e a economia agrária representava um cenário de atraso, com o qual o governo de Juscelino Kubitschek, ou JK, que durou de 1956 até 1961, se comprometeu em mudar. (Vilella, 2005)

A política nacionalista de desenvolvimento foi posta em prática no governo JK aliada ao populismo, como estratégia para o desenvolvimento do Brasil e mobilização das massas. O período de reestruturação global pós Segunda Guerra Mundial gerou certo crescimento econômico ao qual atribuiu-se a denominação de “era de ouro”. Houve uma forte política de internacionalização do capital que impactou os países em desenvolvimento como o Brasil e foi utilizada por JK para fomentar o investimento estrangeiro no país, impulsionando indústrias de base, modernizando a produção e estimulando o aumento da população urbana. (Nascimento, 2012)

De acordo com Nascimento (2012, p.2), na política de JK, bem como na do presidente João Goulart, houve a tentativa de “conciliar o modelo político nacional-desenvolvimentista com o modelo econômico de substituição das importações em sua segunda fase, com a participação do capital estrangeiro”. Dessa forma, JK instituiu o Plano de Metas que estabelecia para os 5 anos de governo, o avanço nas áreas de transporte, energia, indústria, alimentação e educação, direcionando a estas duas últimas, 3,4% do investimento.³

³ Sobre O Plano de Metas, Moura (2002) afirma que “visava ao aumento contínuo da capacidade de investimento do país, mediante a conjugação de esforços do capital privado (nacional e estrangeiro) com a assistência do setor público — este abrindo caminho, suplementando esforços e produzindo incentivos, mas de modo algum substituindo a ação do capital privado.

Em abril de 1957, quando o governo estava em seu segundo ano, o prefeito de Itaberaba enviou um ofício ao Presidente da República⁴. Na época, Justiniano Jacobina de Brito ocupava a prefeitura e escreveu para solicitar a doação de uma ambulância para o município, confiante de que seu pedido seria incluído no plano de auxílio do governo federal. No documento, o prefeito expressou o discurso de progresso típico do período:

Sentindo a necessidade premente que o município de Itaberaba, atualmente sob minha direção, tem, **como cidade de nível social bastante desenvolvido e progredindo urbanisticamente**, a passos largos de auxílio e da cooperação dos poderes públicos e dos **governos trabalhadores**, venho nessa oportunidade, solicitar de V. Exa a doação de uma ambulância para o nosso Município." (ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE ITABERABA, 1957, grifo nosso)

A retórica de desenvolvimentismo, como vemos no texto do prefeito, foi ressaltada ao se referir a cidade, demonstrando alinhamento com a narrativa nacional de progresso. É notável também a perspectiva política dos "governos trabalhadores" a qual atribui à gestão de JK e à sua própria. Em outro ofício no mesmo mês, o prefeito refez o pedido, dessa vez endereçado ao Departamento Nacional de Saúde, no Rio de Janeiro, e voltou a descrever o município de Itaberaba com as palavras "progresso" e "desenvolvimento" indicando a aproximação com os ideais valorizados pelo governo de Kubitschek.⁵

Nos discursos de JK, é possível identificar a intenção de realizar uma política que se aproximasse dos estados e municípios brasileiros. Em 17 de março de 1957, pouco mais de um mês antes do envio do ofício do prefeito itaberabense, JK participou do I Congresso de municípios em Minas Gerais, fazendo a seguinte fala no encerramento do evento: "Meu governo tem estado permanentemente atento a essa indispensável articulação de atividades municipais, estaduais e federais" e, referindo-se a extensão territorial do Brasil, disse: "cumpre à União tratar dos problemas regionais com espírito nacional".⁶

A realização do plano desenvolvimentista pressupunha a superação dos problemas municipais, sobre os quais o governo pretendia se debruçar, como afirmado por Kubitschek: "Não cuida este govêrno só dos interesses da órbita federal, mas amplia cada vez mais o seu âmbito de ação, [...] seja na esfera estadual, seja na municipal, as necessidades do povo". São fontes que nos permitem formar uma dimensão da realidade em que Itaberaba estava naquele

⁴ ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE ITABERABA, Correspondências expedidas 1957-1960. Estante 38, caixa 1075. 12 de abril de 1957.

⁵ Idem, 22 de abril de 1957.

⁶ BRASIL. Senado Federal. Memórias do Brasil – 1957: discursos de Juscelino Kubitschek. Brasília: Senado Federal, 2020.

contexto e perceber que havia comunicação e certo alinhamento de ideias entre a administração local e nacional.⁷

Entre os pedidos encaminhados pelo poder municipal, nos interessam particularmente aqueles que revelam o cotidiano das escolas municipais de Itaberaba no período, como o ofício enviado em abril de 1957 pelo prefeito Justiniano Brito ao Departamento Nacional de Educação. Nele, o gestor solicitou mapas do Brasil e bandeiras nacionais para serem colocados nas escolas do município, justificando que eram materiais necessários para atender as "crianças camponesas, desconhecedoras das finalidades".⁸ Na oportunidade, também agradeceu o envio de cartilhas de alfabetização anteriormente solicitadas.

No documento, reconhecemos o perfil rural dos alunos, possivelmente moradores das localidades vizinhas ou da sede, e o peso da identidade nacional e patriotismo na educação a partir dos itens demandados: bandeiras e mapas nacionais. Ao mesmo tempo, a relação entre município e governo Federal reforça o contexto de integração entre as instâncias presente na política de JK no sentido de colaboração “valiosa”, como colocou o prefeito. A valorização dos elementos nacionais simbólicos aludia ao clima de crescimento que estava em voga na época.

Nas matérias do jornal local *O Itaberaba*, publicadas anteriormente ao período do governo do presidente JK, percebemos que a educação no município estava crescendo, mas enfrentava uma série de desafios. Analisar essas notícias, possibilita compreender a conjuntura em que nosso objeto de estudo- a escola Everaldo Bacelar- foi fundada. Em abril de 1950, uma coluna do referido jornal noticiou a criação de mais uma escola no município. Itaberaba, até aquele momento, possuía um número considerável de escolas na sede: 12 ao total. Segundo a notícia:

MAIS UMA ESCOLA NA CIDADE

Acaba de ser criada mais uma escola primária nesta cidade e designada para sua regente, a Professora Joanita Sá Brito, conforme portaria do Dr. Secretário da Educação, 1673 de 4 de abril corrente. Parabéns à digna preceptora ora nomeada, ao seu digno esposo nosso prezado leitor Sr. Raimundo Brito, correto funcionário da Lêste e os nossos aplausos ao Exmo Sr. Secretário da Educação, por mais este ato que só traz bem á nossa cidade que ora conta com 12 escolas na sede. Agora, são os pais e tutores dos menores de 7 a 14 anos, não se descuidarem e manda-los a escola, num combate tenaz ao analfabetismo. Já temos escolas e muitas. Vamos ver como agem os pais. É um crime não se mandar os meninos para a escola. (O ITABERABA, 15 de abril de 1950, 2ª página)

⁷ BRASIL. Senado Federal. Memórias do Brasil – 1957: discursos de Juscelino Kubitschek. Brasília: Senado Federal, 2020.

⁸ ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL, Correspondências expedidas 1957-1960. Estante 38, caixa 1075. 12 de abril de 1957.

Além de possibilitar que identifiquemos o crescimento da rede escolar no município, na fonte também percebemos a visão da educação como uma responsabilidade do poder público, quando o redator direciona aplausos para o Secretário de educação. Porém, há ainda a valorização do papel da família, pois a matéria finaliza o texto dizendo “já temos escolas, e muitas. Vamos ver como agem os pais.” Ao orientar os pais para que não se descuidem de mandar os filhos para a escola, é reforçada a importância conferida a instrução, onde a família tinha que garantir que a educação promovida pelo poder público chegasse a suas crianças.

Edilaine Silva, ao analisar o discurso do jornal *O Itaberaba* sobre a educação, já identificava na década de 1930 que “o papel da família era de colaboração com as diretrizes escolares” de modo que a associação do núcleo familiar com a escola estava atrelada a busca pelo progresso e evolução. A concepção do redator desse jornal, Roque Fagundes de Souza, que foi delegado escolar entre as décadas de 1940 e 1950, valorizava o civismo e o progresso, conforme a autora, intercedendo através das denúncias no periódico quando as escolas locais enfrentavam dificuldades na manutenção dos alunos, bem como sua frequência. (Silva, 2021)

Manter os alunos na escola fazia parte dos objetivos conjugados entre a família e o poder público, especialmente para fortalecer o “combate tenaz ao analfabetismo”.⁹ Tratava-se de uma luta geral, movimentada em todo país e que ressoava no interior baiano. No caso da Bahia, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), podemos compreender a situação da alfabetização, que dentre os quadros de desigualdade acentuada da época, apresentava sérios entraves para alcançar a população.

Tabela 1. Pessoas presentes de 5 a 14 anos que sabem ler e escrever na Bahia em 1950

Faixa etária	Pessoas Presentes	Sabem ler e escrever	Não sabem ler e escrever	Porcentagem que sabem ler e escrever
5 a 9 anos	706.200	47.698	658.502	6,8%
10 a 14 anos	604.376	147.120	457.256	24,3%
TOTAL	1.310.576	194.818	1.115.758	14,9%

Fonte: IBGE, Censo demográfico 1950. (Dados sistematizados pela autora)

Nas informações do censo demográfico de 1950, avaliamos que, entre as crianças de 5 a 9 anos, incluídas no censo, apenas cerca de 7% sabia ler e escrever, enquanto a faixa etária de 10 a 14 possuía um índice mais alto, porém ainda reduzido, com em torno de 24,3% que sabiam

⁹ O ITABERABA, 15 de abril de 1950, 2ª página)

ler e escrever, conforme a Tabela 1. A faixa dos 5 aos 9 anos é a com menor porcentagem de alfabetização, sendo a fase em que o ensino primário era fundamental para formação das crianças, justamente dando o suporte necessário para seu avanço nos estudos.

A alta taxa de crianças fora da escola refletiu na demanda por melhorias na alfabetização que existia tanto nas áreas urbanas quanto rurais de Itaberaba. A matéria de 1953, na qual o jornal *O Itaberaba* discorre sobre falta de escolas estaduais na sede e nos povoados da cidade alerta que as localidades enfrentavam dificuldades pela falta de professoras, e as escolas da sede, funcionavam com pouco material. Percebemos também esses problemas nas antigas vilas anexas de Tupim e de Ibiquera, que na época faziam parte do território da cidade¹⁰, assim como nos demais distritos que compõem a zona rural do município:

[...] Há três anos que não funciona a escola de Alagoas. A vila de Tupim, que [...] não tem nenhuma, estando as suas três professoras licenciadas. A vila de Ibiquera, onde existiam três escolas, funcionando em prédio próprio do Estado, não tem nenhuma escola. Os povoados de Iguape e S. Quitéria, há dois anos que não funcionam suas escolas. Os povoados de Belo Horizonte e Ipoeira, cujas escolas foram criadas há três anos, nunca tiveram titulares. E nesta cidade, este ano não funcionou a escola S. Barbara (isolada) por se achar licenciada a sua regente. Em cada uma destas escolas a matrícula se eleva a mais de 50 crianças. Portanto, existem seguramente 500 crianças neste município sem escola. (O ITABERABA, 17 de abril de 1953, 2ª página)

A gravidade da situação é evidenciada pelos números apontados no periódico, que afirma sobre a precariedade do ensino neste município. O problema das escolas mencionadas se dá em boa parte pela falta de professoras que, licenciadas, se afastavam da sala de aula, não sendo designadas novas regentes para ocupar esses espaços escolares. A responsabilidade do poder público parecia falhar nesse sentido, enquanto a população ficava sem ter como prover a educação das crianças, cujo número de alunos fora das escolas parece significativo, em torno de 500, distribuída nas várias localidades do município.

Outro aspecto mencionado na coluna diz respeito a estrutura e recursos dos estabelecimentos de ensino:

Também há dois anos, não vem nenhum material didático para as escolas existentes, o que muito representa do amparo aos alunos pobres. — papel pautado, lápis, tinta, pena, cadernos, livros e giz.” Entretanto, os homens de governo, que não adivinham, precisam ter conhecimento do que se passa distante, dentro da sua jurisdição. É o que

¹⁰ Entre 1955 e 1963, Itaberaba passou por mudanças em sua divisão territorial. Inicialmente, o município era constituído por 4 distritos: Itaberaba, Brejo Novo, Ibiquera e Tupim. Com o tempo, esses distritos foram se tornando independentes, começando por Ibiquera em 1958, Brejo Novo e Tupim em 1962, restando Itaberaba como distrito sede. (IBGE) **IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Histórico do município de Itaberaba. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/itaberaba/historico>. Acesso em: 5 jun. 2025.

ora confiantes, fazemos, levando ao conhecimento de S. Exia. a angustiosa situação dos pobres sertanejos, certos de que o nosso apelo seja atendido. [...] Ainda tem o Prédio Escolar em péssimo estado de conservação, faltando-lhes privadas, um trecho do muro, necessitando urgente de um reparo geral.” (O ITABERABA, 17 de abril de 1953, 2ª página)

O jornal reforça que desde o início da década, o quadro de abandono das escolas persistia e dá a dimensão da crise ao alertar que, além da falta de professores, a estrutura física das escolas inviabilizava seu funcionamento, afirmando que o problema exigia ação concreta do governo em apelo direto ao secretário de educação Dorival Passos no sentido de pressionar as autoridades públicas. Apesar da mobilização do Estado para modernizar a sociedade e reestruturar o sistema, vemos que no interior da Bahia, a carência por melhorias no ensino era latente. A falta de escolas ou as condições insuficientes das unidades existentes criava dificuldades sérias para a escolarização especialmente das crianças menos favorecidas.

Suprimir as desigualdades era fundamental para modernizar a sociedade brasileira, contudo, não era uma tarefa fácil. O quadro socioeconômico do período apresentava uma população tanto urbana quanto rural que carecia de investimentos, e com a política desenvolvimentista e expansão industrial, a alternativa educacional valorizada pelo governo de JK foi o ensino técnico profissionalizante. Conforme afirma Padilha (2010, P. 30), a educação ficava responsável por “criar condições para que os trabalhadores do campo e da cidade pudessem ocupar os novos postos de trabalho” suprimindo a urgência por mão de obra e dando aos trabalhadores mais pobres a oportunidade de emprego.

A inserção do ensino técnico revelou-se necessária, especialmente para a demanda das cidades. Enquanto isso, o campo também sofria alterações modernizadoras nos processos agrícolas, mas os trabalhadores rurais, por sua vez, eram pouco alfabetizados. JK buscou reduzir o analfabetismo investindo no fortalecimento de movimentos de educação popular como a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (1952), e criando a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1958). Além de extinguir o analfabetismo, as campanhas tinham o objetivo de oferecer melhores condições de vida à população, no entanto, não conseguiram alcançar suas metas e o governo JK optou por investir no ensino tecnicista. (Padilha, 2010)

Por mais que as campanhas tenham sucumbido, sua criação e projeção representam a força dos movimentos populares para o período, de modo que, como afirma Madeira (1992), se deveram mais a ação da sociedade civil do que da iniciativa do poder público. Os projetos populares de educação, segundo o autor, demonstram o poder das reivindicações em “um

contexto de uma prática social mais ampla [...] de descoberta da dimensão sócio-política da educação popular”. (Madeira, 1992, P. 60)

Em consonância com a preocupação do governo Kubistchek em oferecer a população condições de se encaixar no desenvolvimento econômico através das novas oportunidades de trabalho, valorizou-se o ensino profissionalizante, mas, como aponta Padilha (2010), isso não significou a democratização da educação. Os investimentos se concentraram nas regiões mais centrais e estratégicas do país, dificultando o acesso de milhares de pessoas a escola e contribuindo para sua marginalização “já que o campo não oferecia mais o mesmo número de oportunidades e a indústria não lhes possibilitava o acesso”. (Padilha, 2010, P.31)

A educação visada para as massas representava um modelo educacional segregacionista, isto é, elaborado para qualificar a classe trabalhadora de modo que se enquadrassem no trabalho industrial para atender aos interesses do capital e da burguesia brasileira, enquanto as elites eram direcionadas ao ensino superior. Souza e Neta (2022), ao analisarem os discursos do presidente mineiro sobre os planos para a educação, argumentam que a formação profissionalizante, embora tenha sua importância econômica, não contribuía para o “real sentido da educação- formar pessoas reflexivas e atuantes socialmente”.

Para as autoras, a educação perdia sua finalidade de formação integral dos indivíduos, se tornando um modo de atender as necessidades do mercado e o discurso da empregabilidade era uma forma de demonstrar que o governo estava fazendo melhorias sociais e econômicas. Todavia, conforme evidenciam, havia uma contradição, já que ao serem incluídos no mercado de trabalho, os cidadãos logo seriam excluídos, conforme as funções fossem novamente diluídas para atender novas demandas do mercado. A educação, dentro da lógica utilitarista, priorizava a profissionalização sem formação cidadã.

Corroborando com a visão das autoras, é válido refletir que o caráter formativo da educação para construção de indivíduos reflexivos e autônomos é elemento fundamental da educação para uma sociedade consciente e ativa. Sem dúvidas o governo de JK esteve empenhado em promover o desenvolvimento do país e privilegiou a economia como motor para tal, entretanto, no que tange ao campo educacional, o progresso ficou a cargo da formação de trabalhadores, não necessariamente de cidadãos.

Enquanto o acesso a escolas era difícil para boa parte da população, a realidade dessas instituições era permeada por agravantes tanto estruturais como em torno da qualificação dos profissionais da educação. É o que identificamos na lei baiana nº 10.022, de 02 de abril de 1958, na qual a demanda por suprir o mercado se sobrepôs a exigência de formação docente apropriada. Por meio dela, o Estado da Bahia reestruturou o Magistério Público Primário,

determinando a organização da carreira docente. O documento especifica a quantidade de professores em dois quadros: para a capital o total de 2.500 e para o interior, o total de 10 mil professores.

No artigo 3º foi definido que o preenchimento de vagas onde não houvesse candidato diplomado, poderia ser feito por professores leigos, e estes também poderiam substituir os professores regentes, em caso de ausência. Essa determinação era válida para o ensino no interior e na capital. O artigo admite para as escolas isoladas no interior que poderia ocorrer a substituição do professor, em regime temporário de 15 a 120 dias em meio ao ano letivo. Esse tempo é relativamente longo se considerarmos como base para o período escolar da época o primeiro ano letivo da Escola Everaldo Bacelar (E.E.B), que teve 144 dias, ou seja, poderia, por lei, ter sido regido por professor substituto sem qualificação formal.¹¹

A presença de professores leigos nas escolas do interior era, portanto, uma realidade permitida oficialmente pelo Estado, que reconhecia a carência por profissionais formados e a instabilidade da continuidade pedagógica, uma vez que previa normas para a substituição de professores regentes. Além de permitir a ocupação de vagas em escolas por leigos, o artigo inseria o modelo de remuneração a ser aplicado nesses casos. Professores sem formação deveriam receber o salário mínimo da região, não podendo exceder esse limite de valor.

É notório como a desvalorização do profissional docente prevaleceu nos aspectos amparados por essa legislação, uma vez que professores leigos podiam ser designados ao ensino nas escolas e receber uma remuneração mais baixa que o profissional diplomado. A opção por esse tipo de contratação certamente se constituiu em uma maneira de diminuir os custos com a educação pública, em caso de dificuldade em obter recursos. Na legislação fica evidente a escassez estrutural de professores qualificados e a improvisação como forma de enfrentar as dificuldades nas áreas mais afastadas dos grandes centros.

A lei que reestruturou o magistério primário na Bahia, de 1958, nos ajuda a compreender a instabilidade do corpo docente ao longo das décadas pela dificuldade de substituição rápida dos docentes. As escolas do interior ficavam dependentes de profissionais leigos e temporários na medida em que não havia professores diplomados disponíveis, cenário de fragilidade da política educacional implementada pelo Estado, que certamente reverberava em Itaberaba.

No caso do município itaberabense, as escolas enfrentaram dificuldades relacionadas a falta de materiais e ausência de professores, que chegaram a gerar mobilização por parte da comunidade. Em ofício de 1957, o prefeito acusou o recebimento de um abaixo assinado

¹¹ A partir desse momento, passaremos a nos referir a escola como E.E.B

realizado por habitantes do povoado de Iguape pedindo a indicação de uma professora para o ensino primário. Infelizmente não localizamos o documento, mas a sua existência chega até nós através da resposta do prefeito, que disse que “já foram iniciadas as providencias com a indicação de uma professora primária estadual e estamos aguardando a nomeação para breves dias”.¹²

Não consta no documento qual foi o número exato de pessoas que assinaram o abaixo assinado, porém o prefeito afirma ter sido uma quantidade grande. O papel da mobilização popular foi, portanto, presente frente as necessidades da educação em Itaberaba, que atingia as localidades rurais tanto quanto a zona urbana. Por meio da referida fonte, podemos perceber a pressão da população junto às autoridades e seu resultado junto ao poder público local, o que delineia um contexto de atividade social e valorização da instrução primária.

Nos anos seguintes ao governo de JK, a política educacional seguiu um rumo parecido no que diz respeito ao ensino tecnicista e da luta popular por melhorias, porém novas dinâmicas se desenrolaram. Em 1961, foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n. 4.024, que organizava todos os níveis de ensino, desde o primário ao superior e definia os objetivos, estrutura e conteúdo curriculares da educação nacional. A esse marco, Selva Fonseca (2011, P. 21) atribui a “concepção privatista da política educacional”, pois no âmbito das discussões para sua promulgação, houve o antagonismo entre grupos interessados pela educação privada, representados por empresários e religiosos da Igreja Católica e os defensores da escola pública.

A proposta da LDB já era discussão entre os parlamentares desde a década de 1946, quando, ao fim do Estado Novo, buscava-se repensar as estruturas firmadas e organizar a educação para favorecer o desenvolvimento do Brasil. O debate foi marcado por disputas intensas entre os que defendiam uma educação pública e gratuita e os que apoiavam o ensino privado, muitas vezes representados pela Igreja Católica. Devido a isso, somente após 13 anos é que foi feita a oficialização da lei, depois de muitos debates entre as camadas sociais interessadas pelo financiamento da educação, que sempre foi espaço de disputas na sociedade.

Nelson e Claudino Piletti (1994) também discutem esse contexto de conflitos entre o público e o privado que Fonseca apontou. Eles colocam que a liberdade de ensino foi o assunto que mais gerou agitação entre os educadores e políticos na época, criando um embate entre duas correntes: “a dos defensores da escola pública, representada principalmente pelos educadores filiados ao movimento da educação nova, e a dos defensores da escola privada, ligados aos meios católicos”. A urgência pela ampliação de escolas públicas, especialmente de nível

¹² ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL, acervo do Poder Executivo, Correspondências expedidas 1957-1960.11 de abril de 1957.

secundário, era evidente pelo contraste entre o número de unidades mantidas por iniciativa privada no país (336) e pública (58) registrado para a década de 1930. (Piletti,1994, P.189)

Um elemento que chama atenção em meio a esse impasse foi a Igreja Católica, que por sua relação com diversas escolas privadas, as quais mantinha ou apoiava, se mostrou ativa na defesa de seus interesses, confrontando diretamente aqueles que defendiam que a responsabilidade com o ensino público fosse do Estado, como Anísio Teixeira. Nesse quadro de proposições conflitantes para a aprovação da LDB, percebe-se que “a década de 1950 foi um momento histórico e conjuntural propício para o debate de posições ideológicas ligadas a projetos de educação nacional” (Esquinsani, 2021, P.10).

Além da agitação no Congresso Nacional, vale ressaltar que a LDB atingiu outros espaços de discussão como os setores populares, que se mobilizaram em campanhas pela escola pública. A pauta tinha lugar entre educadores, imprensa, sindicatos e outros que defendiam uma educação para todos, evidenciando que processos de mudança são ressonantes entre as classes populares, as quais participam e influenciam tanto quanto as representações políticas. O avanço do debate através da luta popular pode ser considerado um sucesso para a ampliação do ativismo social em temas que costumam se fechar nas instituições formais. (Piletti,1994, P.193)

As disputas em torno da educação na medida em que esse campo representa instrumento de poder e coerção social, revelam-se presentes em diferentes momentos. Como desdobramento dos conflitos de concepção sobre a LDB, foi lançado o Manifesto dos Educadores de 1959, potencializando a defesa do ensino público. Sanfelice (2007, P. 250) afirma que o “Estado vinha ampliando seu controle sobre a educação e atuando como provedor, cada vez mais, da educação do povo (cidadãos urbanos e assalariados)” resultado da conjuntura de reivindicação popular que emergia no quadro democrático das décadas de 50 a meados de 60.

1.1 A política educacional sob a ditadura militar (1964-1970)

O cenário de debate e envolvimento da população nas reivindicações sobre educação se modificou a partir da instauração do regime militar em 1964, a manifestação popular junto ao poder público tornou-se alvo de repressão que foi gradativamente se intensificando ao longo dos governos militares. Os educadores e estudantes continuaram na luta por melhorias, o que em geral era respondido com suspeita pelos militares que lhes associavam a subversão. Piletti (1994, P.201) aponta que após o golpe que derrubou o governo democraticamente eleito de João

Goulart, os avanços populares foram contidos, com escolas invadidas pela polícia e estudantes e professores sendo presos ou exilados do país.

O movimento estudantil também foi alvo da repressão militar, que culminou no fechamento da União Nacional dos Estudantes (UNE) logo após o golpe de Estado. Os espaços educacionais como local de pensamento e reflexão social foram atacados pelo regime na tentativa de controlar ideias e questionamentos que fossem contrários a ele. Por outro lado, a educação era fundamental para o progresso e avanço do Brasil. Dessa forma, o Estado tentou estruturar o sistema educacional durante a ditadura, se valendo de uma série de reformas que marcaram a história da educação do período.

Apesar da opressão do Estado, diversos meios de resistência se desenvolveram ao longo do governo militar. Na Bahia, nos primeiros anos do regime houve resistência por parte dos movimentos estudantis e políticos, com destaque para a Universidade Federal da Bahia e o Colégio da Bahia, ambientes de “profundos embates políticos”, assim como o prefeito de Feira de Santana, o qual, “combinado com operários e estudantes, resolveu resistir ao bloqueio das tropas e retomar a capital”. (Dias, 2016, P. 45)

Esse cenário, porém, não foi um fenômeno isolado. O golpe de 1964 no Brasil inaugurou uma fase marcada por diversas ditaduras na América Latina. No Cone Sul, países como a Argentina (1976), Chile (1973) e Uruguai (1976), enfrentaram regimes autoritários responsáveis por orquestrar o sequestro, tortura e desaparecimento de milhares de pessoas. Os regimes se valiam da Doutrina de Segurança Nacional como pretexto para interferir nas atividades de oposição e eliminar qualquer ação dissidente, se apoiando na noção de que havia um perigo comunista ameaçando se espalhar pelos países. Não à toa, esses foram governos apoiados pelos Estados Unidos, como forma de assegurar sua hegemonia na América.¹³

O papel dos EUA como um dos grandes incentivadores dos regimes militares nasceu no contexto da Guerra Fria, quando o avanço do comunismo soviético se mostrava uma ameaça a infiltrar-se nos vizinhos americanos. O financiamento de governos conservadores tornou-se saída para manter as rédeas do poder capitalista sobre a área de influência da potência norte americana. É importante ter em mente esse contexto geopolítico global, pois ele tem efeitos sobre as questões internas do Brasil e reverberou nas mudanças educacionais.

No contexto da Bahia, após o golpe, o governador, Lomanto Júnior, cedeu ao governo dos militares e iniciou-se um processo de perseguição nas prefeituras do interior do estado, sob

¹³ Sobre as ditaduras na América do Sul e a relação com os EUA, cf. RAMÍREZ, Hernán; FRANCO, Marina. Ditaduras no Cone Sul da América Latina: um balanço historiográfico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

comando do general Manoel Mendes Pereira. Como explica Dias (2016), o grupo político representante da classe dominante que apoiou o golpe se reuniu em torno de Juracy Magalhães, Luiz Viana Filho e Antônio Carlos Magalhães. Embora fosse heterogêneo em suas posições políticas, esse grupo aderiu de forma coesa aos principais temas do governo autoritário: anticomunismo e desenvolvimento.

O golpe de 64 teve impacto em Itaberaba. Geusa Matos (2010) demonstra que no município a tomada do poder pelos militares abriu espaço para a intervenção de grupos políticos descontentes com a gestão do prefeito local, na época, Nelson Alencar. Segundo a autora, até os anos 1960, o município possuía dois partidos principais, um ligado as classes da elite local, a União Democrática Nacional (UDN) e outro com maior representação popular, o Partido Social Democrático (PSD). A partir dos anos seguintes, o campo político foi ampliado pelo surgimento de novas lideranças que se uniram em coligação para fortalecer o PSD, composta pelo PR, ADC e PTB.¹⁴

Nas eleições de 1962, Alencar se elegeu com apoio do PSD, deixando os apoiadores de seu adversário, Carlos Spinola da Cunha, inconformados. Quando o golpe eclodiu em 64, o prefeito estava ausente da cidade em visita ao Rio de Janeiro, devido a condição de saúde de sua irmã. No entanto, como aponta Matos (2010), surgiu o boato de que Alencar tinha ido se encontrar com Jango e Brisola, e que era um subversivo e comunista. Quando retornou para Itaberaba, Nelson Alencar foi preso e a cidade, repleta de militares, foi entregue ao controle dos apoiadores do regime, com Carlos Spinola assumindo a prefeitura. (Matos, 2010)

A partir de então, o quadro político na Bahia foi remodelado, impactando todos os setores sociais, incluindo a educação. Nesse período ocorreram diversas modificações, porém o incentivo ao modelo tecnicista permaneceu em voga. O governo de Luiz Viana Filho (1967 a 1971) investiu em políticas educacionais para sanar a demanda por professores e ampliar o acesso à educação básica. Nunes (2008, P. 220) ressalta que ao tomar posse, Viana Filho realizou um diagnóstico da educação no estado e criou um plano de emergência, dentro do qual executou “o concurso público para provimento dos cargos do magistério primário e médio, o que há muito não era feito, e se proporcionou treinamento a 8.894 professores leigos.”

Foi ainda no primeiro ano de sua gestão que criou o Plano Integral de Educação e Cultura (PIEC) como meio de adaptação da educação às necessidades tecnicistas para o desenvolvimento econômico. Para executá-lo, o Estado realizou pesquisas com o objetivo de

¹⁴ Partido Republicano (PR), Aliança Democrática Cristã (ADC); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

identificar as principais regiões desenvolvidas que deveriam funcionar como polos integradores da educação baiana.

Em sua tese, Ivanise Diniz (2021) analisa esse plano, se concentrando em investigar as práticas dos professores de matemática que atuaram nos Centros Integrados de Educação (CIEs). Os CIEs, criados por meio do PIEC, foram instalados nas cidades polo como Feira de Santana, Vitória da Conquista, Paulo Afonso, Alagoinhas e Salvador, com o propósito de usar esses locais como núcleos estruturantes a influenciarem os municípios próximos. Eram escolas públicas estaduais inovadoras para época, pois tinham a proposta de reunir diferentes níveis de ensino, do primário até cursos técnicos.

A ideia dos Centros era expandir o ensino público e alcançar áreas do estado onde anteriormente não havia ensino secundário/técnico, e também formar mão de obra qualificada para atender as demandas econômicas do período. Porém, Diniz critica essa proposta na medida em que seu discurso integrador culminou na centralização excludente dos demais municípios baianos que não eram contemplados. Na prática, os CIEs não conseguiram atingir suficientemente o interior, conforme afirma a autora.

Cabe pontuar que por se tratar de projetos desenvolvidos ainda no período da ditadura militar, características da política educacional do contexto se faziam presentes em seu desenvolvimento. É o caso do ensino tecnicista, bastante valorizado pela urgência de atender o mercado, e porque a formação integral de sujeitos ativos e reflexivos não era o propósito do regime militar. Quando Diniz analisa as práticas docentes nos Centros integrados, percebe o impacto das licenciaturas curtas na atuação de professores, que, com uma graduação limitada, precisavam aprender na prática e incorporar saberes próprios para se adaptar ao que era exigido em sua atuação escolar.

A crítica ao Plano Integral de Educação e Cultura torna-se ainda mais pertinente quando observamos a situação do município de Itaberaba, localizado fora das zonas privilegiadas pelo PIEC, que não chegou a receber Centros Integrados. Na contramão do discurso de integração, parte das cidades do interior permaneceu marcada por precariedades materiais e carência de investimentos na educação, presente desde o início da década de 1950, conforme notícias do jornal *O Itaberaba*, analisadas anteriormente.

Após o governo de Luiz Viana Filho, a indicação dos militares colocou Antônio Carlos Magalhães (1971 a 1975) no poder, que seguiu buscando expandir a educação para o interior, descentralizando a administração educacional. Em 1973, criou, através da Secretaria de Educação e Cultura, as Coordenadorias Gerais de Educação. Por meio delas, ampliava-se a

administração para coordenar as atividades locais de acordo com as peculiaridades de cada região¹⁵. Dentro da organização regional, Itaberaba fazia parte da 12ª, a chamada CR-12.

O papel da Coordenadoria Regional em Itaberaba foi mencionado pelo jornal *O Paraguaçu*, em matéria especial do aniversário da cidade, na década de 1980. Na coluna publicada sobre a educação no município, apontou que mesmo sem contar com estrutura capaz de sustentar as demandas existentes, o trabalho em equipe da CR-12 estava sendo eficaz. (O PARAGUAÇU, 1980) Em tempos de vigilância e repressão, o jornal não se aventurou a aprofundar críticas à atuação do novo órgão.

Outro reflexo da política educacional do regime militar no Brasil, foram os convênios entre o MEC e a *Agency for International Development (AID)*, gerando os chamados “Acordos MEC-USAID”. Esses acordos foram firmados a partir de 1965, em colaboração com os Estados Unidos, visando implementar mudanças estruturais na educação nacional, desde o nível primário ao superior, através do apoio técnico e financeiro dos estadunidenses. A parceria encontrou no Brasil o cenário conveniente para sua concretização, onde se almejava o desenvolvimento econômico, tendo como base a educação tecnicista.

O projeto foi bastante criticado e chegou a gerar mobilização entre estudantes na Bahia, entre 1967 e 1968, que protestavam contra esse e outros projetos educacionais de Luiz Viana Filho, como por exemplo, a Lei Orgânica de Ensino que remodelou o sistema de educação até 1971, quando foi impactada pela implantação da reforma federal pela Lei 5.692/71, da qual falamos mais à frente (Dias, 2016). Dentre as críticas aos acordos destaca-se a relação de superioridade com que os acordos se referiam a nações desenvolvidas, significando a submissão do Brasil aos modelos de educação espelhados em países como os Estados Unidos.

Nesse sentido, os acordos com a AID oportunizavam a intervenção estrangeira no país, gerando mais vantagem para a potência americana do que para os brasileiros. Naquela cena geopolítica, o estímulo ao crescimento de países em desenvolvimento servia para enquadrá-lo na dinâmica econômica global, alinhando-se aos interesses internacionais que justificavam a necessidade de cooperação com base na crise existente na educação do país. (Romanelli, 1978)

O financiamento de obras educacionais através da AID reverberou diretamente em Itaberaba, auxiliando na construção de um prédio escolar no bairro São João em 1965. Por esse contrato, foram destinadas verbas à prefeitura municipal que deveriam custear a obra, contudo, vemos pelo projeto de Lei elaborado naquele ano, que o valor não foi suficiente, levando o prefeito, na época, Carlos Spínola da Cunha, a solicitar crédito complementar para finalizar o

¹⁵ O PARAGUAÇU, 103 ANOS DE ITABERABA. Edição especial, p.14 (acreditamos que essa edição foi publicada em 1980, posto que comemorava 103 anos de fundação de Itaberaba, mas o jornal não traz data)

empreendimento, uma vez que não havia possibilidade de conseguir aumentar a verba referida.¹⁶

Segundo a solicitação do prefeito à câmara, o orçamento para construção do prédio era de Cr. \$ 16.000.000,00 (dezesesseis milhões de cruzeiros), mas a quantia foi insuficiente, esgotando antes da conclusão da obra e levando Cunha a encaminhar o projeto de lei à Câmara Municipal, autorizando a abertura de crédito complementar. O valor estipulado para o término do projeto era de Cr. \$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros) e ao justificar a importância daquele empreendimento, o prefeito indicou a necessidade da educação pública primária em Itaberaba, que, como disse: “encontramos em abandono”.

Como demonstra Romanelli (1978), os acordos MEC-USAID não chegam a gerar mudanças diretas no sistema de educação, porém, além do apoio com recursos como ocorreu no município de Itaberaba, tais medidas ajudaram a formular as bases para reformas realizadas ao longo do período ditatorial, como a reforma universitária consolidada pela lei 5.540/1968 e a reforma no ensino de 1º e 2º graus da década de 1971. Essa primeira, priorizou modificar as áreas técnicas e produtivas, valorizando a “utilidade social” da universidade, conforme o modelo de desenvolvimento visado pelo governo.

No início de 1969 o Estado autorizou o funcionamento dos cursos superiores de curta duração, reservando a condição especialmente para as áreas de licenciatura, enquanto outras formações profissionais mantinham sua carga horária. Segundo essa medida, as licenciaturas longas eram dispensáveis, pois uma graduação curta habilitaria o professor e atenderia rapidamente a demanda por mão de obra para a educação que se tinha na época. Foi a partir daí que as universidades públicas e privadas passaram a oferecer os cursos de estudos sociais, cujo formato de licenciatura curta oferecia a carga horária de apenas 1.200 horas, ou seja, um ano e meio de duração.¹⁷

O caráter capitalista com que a educação vinha sendo encarada pelos governos preocupados com o avanço econômico do país, é reiterado a partir da reforma de 1971 (Lei 5.692/71), a qual buscou readequar o ensino de 1º e 2º grau de acordo com as demandas do novo contexto pós golpe de 64. A educação nesse cenário cumpria papel estratégico centrado na capacitação técnica, que passa a ser alvo do ensino médio, e mudanças curriculares para garantir a disciplinarização dos estudantes. Percebemos na lei a ênfase nos valores prezados

¹⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE ITABERABA, Arquivo 154, Projetos de lei anos diversos. 8 de fevereiro de 1965.

¹⁷ Sobre as reformas cf. FONSECA, Selva Guimarães. Caminhos da história ensinada. 13. ed. Campinas: Papirus, 2011.

pelo governo militarizado, através da obrigatoriedade da educação Moral e Cívica, e do ensino de história e geografia que se transformaram em Estudos Sociais. (Fonseca, 2011)

A formação em Estudos Sociais passou a ser obrigatória para ministrar a disciplina no ensino de 1º grau, a partir de 1976, o que eliminou os professores licenciados em história e geografia da atuação nesse nível de ensino. A grade curricular de Estudos Sociais abarcava não só história e geografia, mas contemplava outras áreas como filosofia, ciência política e as chamadas OSPB (Organização Social e Política Brasileira) e EPB (Estudos de Problemas Brasileiros). Perdia-se a autonomia do campo das ciências humanas, que eram transmitidas como um “mosaico de conhecimentos gerais e superficiais da realidade”. (Fonseca, 2011, p.28)

Essas mudanças podem ser verificadas em Itaberaba a partir dos documentos da Escola Everaldo Bacelar. No arquivo da E.E.B, evidências desse processo aparecem nos mapas de resultado de exames realizados pelos alunos. É o caso do mapa de resultados do 3º ano, registrado em 7 de dezembro da década de 1970- o ano exato é indefinido pela falta de legibilidade do documento, devido a seu estado de conservação- onde há a relação dos alunos e suas notas em cada disciplina.¹⁸

É notório que com a inclusão de Estudos Sociais no currículo da educação básica, História e Geografia deixaram de fazer parte do currículo de maneira autônoma. Essa disciplina consta no relatório da E.E.B, e além dela, há também Educação Moral e Cívica, que no caso da escola, aparentemente não foi ofertada, pois não existe nota atribuída aos alunos da matéria. O mesmo ocorre no mapa final do 4º ano, datado de 12 de dezembro de 1970, ano que antecede a reforma do ensino de 1º e 2º grau, na qual se instituiu a obrigatoriedade de educação Moral e Cívica nos currículos.¹⁹

As demais matérias que pudemos identificar foram: Língua Pátria, Matemática, Noções Gerais (sem nota atribuída aos alunos, portanto possivelmente inativa na escola), Conhecimentos gerais, Conhecimentos Naturais e Higiene e Religião. A ficha foi preenchida conforme modelo da Assistência de Programas e classificação de alunos, ou seja, o modelo com a discriminação curricular para utilização da escola foi disponibilizado por órgãos oficiais da educação.

Além da nova estrutura do currículo escolar, também identificamos orientações para os professores. Em 18 de julho de 1973, o Coronel Octavio Costa, assessor chefe da Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República, se dirigiu aos professores por meio

¹⁸ ARQUIVO DA ESCOLA EVERALDO BACELAR. Ofícios da década de 1970. 6 de dezembro de 197[...] (ano exato não identificado por conta da ilegibilidade do documento).

¹⁹ Idem. 12 de dezembro de 1970.

de correspondência que ficou guardada no arquivo da E.E.B, e que resgatamos para análise. No documento, os vestígios do contexto ditatorial se manifestam através de elementos presentes no texto encaminhado. Eram orientações acerca da "Semana da Pátria", provavelmente aludindo ao 7 de setembro, segundo as quais o evento deveria ocorrer contando com "grande participação popular, ou seja, em seu entusiasmo e em seu sentido de integração, a maior manifestação de aglutinação e confiança do povo brasileiro".²⁰

Segundo o Coronel, o lema da Semana seria "O Brasil merece o nosso amor", e deveria acontecer indo muito além de desfiles, paradas [...], devendo situar-se no plano da interiorização de valores mais permanentes, em atitudes de solidariedade, de união e fraternidade". O documento pedia cooperação da escola para mobilizar a juventude na participação da comemoração, indicando que poderia ser realizada a critério da escola, segundo aquele lema, expressando "impulsos de trabalho e estudo; de fecunda convivência no lar, na escola e na comunidade; de amor à gente e à terra; de respeito à lei, de respeito a si mesmo e de respeito ao semelhante."²¹

Invocar princípios fraternos, de valorização da pátria foram atos comuns durante o regime militar, que em seu posicionamento conservador, tradicionalmente exaltava as ideias de ordem, família e disciplina. O lema escolhido para a Semana da Pátria, é semelhante a frase "Brasil: ame-o ou deixe-o" que durante o início da década de 1970 circulou em mensagens e propagandas do governo, evocando o tom patriótico e autoritário da ditadura brasileira. Ao final do texto, o coronel declarou o que esperava dos professores diante do evento:

Esperamos que os Senhores Professores cooperem com as autoridades municipais, estaduais, educacionais e militares na organização dos festejos [...] com a maior admiração pelo papel que lhes cabe na construção do grande país de todos nós, agradecemos a ajuda que possam dar a esta comemoração. (ARQUIVO DA ESCOLA EVERALDO BACELAR. Ofícios da década de 1970. 18 de julho de 1973.)

Como expresso no documento, cabia aos professores o "papel de construção do grande país de todos nós". Demonstra-se assim o lugar conferido a educação enquanto aliada dos interesses do estado para engrandecimento e progresso nacional, embora por vias do utilitarismo do ensino. A educação que o Estado autoritário buscava, conforme notamos na reforma do ensino de 1º e 2º grau, era aquela que melhor conviesse para ampliação da formação

²⁰ ARQUIVO DA ESCOLA EVERALDO BACELAR. Ofícios da década de 1970. 18 de julho de 1973.

²¹ Idem.

de mão de obra para suprir o mercado de trabalho, como também para a perpetuação ideológica que vem contribuir para sustentação do governo.

A educação era um instrumento de manutenção da estrutura socioeconômica e política, acionado e remodelado para atender as demandas do mercado e da produtividade, porém, a partir do regime militar, foi reforçada sua função ideológica para o controle, vigilância e garantia de que os sujeitos formados pela escola seriam compatíveis com os interesses do Estado. A licenciatura curta, defasada em seu currículo, gerava profissionais pouco preparados, reféns de materiais didáticos e restritos ao modelo tradicional de ensino com pouca profundidade crítica ou criativa.

Como escreveu Althusser (1985, P.22), a escola é um aparelho ideológico do Estado que, assim como outras instituições, tal qual a Igreja ou o Exército, ensina saberes que “asseguram a sujeição a ideologia dominante”. Certamente ela é um dos mais importantes núcleos de interesse quando se pensa em mudança ou mesmo em providenciar permanências em sociedade, sendo, portanto, um espaço histórico que revela aspectos do contexto em que se insere. Considerando seu papel e a relação com as esferas de poder em seu entorno, voltamos nosso olhar para a Escola Everaldo Bacelar (E.E.B) em Itaberaba.

1.2. Novos agentes entram em cena: o papel da maçonaria na educação em Itaberaba

Como pudemos observar, durante a década de 1950, foram grandes os desafios para a educação em Itaberaba. Diante das dificuldades, surgiram lacunas que foram ocupadas por agentes sociais dispostos a colaborar com a instrução pública. Como um dos agentes a intervir nessa lacuna, entrou em cena a maçonaria, através da Loja Deus, Justiça e Fraternidade em Itaberaba, fundando escola Everaldo Bacelar em 1958. A Loja estava presente em ações assistenciais e filantrópicas junto a sociedade itaberabense. Verificamos este fato por meio do Jornal *O Itaberaba*, em nota publicada em 1954, quando o jornal foi convidado para participar de ato solidário organizado pela Loja:

Este jornal recebeu delicado convite da Loja Maçônica desta cidade, por seu Presidente sr. Lauro Sampaio, para os festejos do Natal, que se realizaram no dia 25 deste mês, em frente à sua sede, à praça do Rosário, quando foram ali distribuídos presentes a mais de 300 crianças pobres. O Itaberaba, grato pelo convite, se fez representar na aludida festa e, neste ensejo, retribui, cordialmente, os votos de boas festas contidos no convite em apreço. (O ITABERABA, 06 de janeiro de 1954, 4ª página)

A maçonaria, construía uma imagem de legitimidade perante a população e o poder público municipal. Seu papel ativo na comunidade itaberabense é perceptível na ação informada pelo jornal, em que distribuiu presentes a tantas crianças carentes na própria Loja Maçônica. Além do quesito filantrópico, a maçonaria, que possui historicamente uma longa cultura política²², tinha em seu quadro membros com posições importantes na sociedade de Itaberaba como Donald Amorim, músico e comerciante que escreveu o hino da cidade e Odulpho Santos Brito, vereador desde a década de 1950, muito influente entre a população.

A presença da maçonaria na câmara se estendia a outros políticos, como percebemos no trabalho de Geusa Matos (2010) sobre a Ditadura Militar em Itaberaba. A autora entrevistou Walmir Brito, filho do vereador Odulpho Santos Brito, e com base em seus relatos, aponta que ele era “contador, vereador, inclusive sem remuneração, que lutava em prol das pessoas carentes, pelo idealismo de uma sociedade mais justa e igualitária”. (Matos, 2010)

Comprendemos a atuação do vereador Odulpho Santos Brito como indissociável de seu papel de maçom, a partir da qual constatamos que a Loja Maçônica em Itaberaba não era apenas uma entidade privada sem ligações com a sociedade, mas exercia influência na vida política do município através de seus maçons, que eram comprometidos com as causas sociais, de acordo com os valores pregados na ordem maçônica.²³

Além de Odulpho Santos Brito, a autora cita em seu estudo os nomes dos vereadores Evaldo Pires Sampaio e Júlio Correia de Araujo, notáveis maçons da Loja Deus, Justiça e Fraternidade: o primeiro, seria diretor da Loja em meados da década de 1970, como observamos em correspondências da escola com a instituição, e o segundo, foi o fundador da escola, e também presidente da Loja em 1958 respectivamente.

Uma vez colocada a necessidade e visto que Itaberaba não conseguia apenas com o poder público progredir na execução de um projeto de educação suficiente, entendemos que a Loja Maçônica Deus, Justiça e Fraternidade cumpriu papel importante ao se comprometer com a melhoria da instrução pública em Itaberaba. É nesse sentido que analisamos a iniciativa pela criação da escola Everaldo Bacelar, fundada em 2 de maio de 1958, pelo Venerável da Loja e cirurgião dentista Júlio Correia de Araujo.²⁴

²² Conforme Augusto César Accioly, a cultura política na história refere-se a atuação de um grupo frente a valores e normas que defende ou acredita, indo além dos espaços formais como sindicatos ou partidos. No caso da Maçonaria, o autor coloca que “no período do Brasil republicano [...] desenvolveu uma estratégia de atuação no meio social, ao forjar uma cultura política preocupada em discutir aspectos da realidade brasileira, não se identificando especificamente com nenhuma legenda ou lugar político institucionalizado.” (ACCIOLY, 2020)

²³ Concordando com EGITO (2011), existiram maçons "que se destacavam em ações nacionais em prol da educação, não levando o nome da Maçonaria propriamente nos seus discursos sobre a educação, mas em conexão com o ideário maçônico”.

²⁴ Venerável é o gestor/ presidente da Loja, aquele que comanda todas as reuniões. (EGITO, 2011)

Conforme informações do panorama geral da educação em Itaberaba informado na edição especial sobre o município no jornal *O Paraguaçu* (1980), a Escola Everaldo Bacelar está entre as mais antigas da cidade. Quando foi fundada, as principais escolas públicas primárias eram a Castro Cincurá, criada em 1932, o Centro Operário, escola de 1946, e a Escola Paroquial São José, fundada em 1956. Havia outras na zona rural do município, porém na sede, essas eram as que atendiam boa parte das crianças no ensino primário.

O prédio da E.E.B (Figura 2) está situado na praça do Rosário, marco zero do município de Itaberaba, onde os estudantes costumam brincar no intervalo junto de seus professores desde os primórdios da escola. Fica localizada ao lado da Loja Maçônica e como prédio anexo, possui acesso para a área da Loja, demonstrando o vínculo que marcou sua história. Desde a fachada, percebemos que é uma estrutura antiga, com muitas janelas como boa parte das casas de época que permeiam o centro histórico local, e na parede externa há uma placa indicando o convênio com a Loja após a municipalização, conforme a Figura 1.

Figura 1- Placa na frente da E.E.B indicando o convênio que mantém a escola no prédio da Loja Maçônica.



FONTE: acervo da autora. 14/10/2025.

O espaço onde se situa a Loja Maçônica chegou a conter salas da escola Everaldo Bacelar, dinâmica de compartilhamento que durou até meados da década de 1990. A escola hoje está no prédio anexo, conforme verificamos na imagem abaixo, mas não possui mais as salas que funcionavam na maçonaria e sua manutenção está sob responsabilidade do município desde

2004. Analisaremos agora o que a história da E.E.B tem a nos dizer sobre educação em Itaberaba, e mais do que isso, sobre educação e maçonaria.

Figura 2- Loja Maçônica em Itaberaba e escola Everaldo Bacelar.



FONTE: M33, autor desconhecido. Acesso em 23/07/2025.

CAPÍTULO 2: EDUCAÇÃO E MAÇONARIA - A ESCOLA EVERALDO BACELAR

O nome da E.E.B homenageia o grão mestre da Maçonaria na época, Everaldo de Souza Bacelar (figura 3) e permanece até os dias de hoje. Era contador, comerciante e foi presidente do sindicato do comércio atacadista de gêneros alimentícios em Salvador.²⁵ Seu vínculo com a maçonaria teve origem em 1948, quando foi iniciado e daí em diante fez parte da Loja Acácia Bahiana, como membro honorário, e Liberdade, ambas na capital baiana. Em 1963, foi empossado como Grão Mestre da Grande Loja Unida da Bahia (GLUB). A escola que leva o seu nome iniciou as atividades no ano de 1958.

Figura 3-Everaldo de Souza Bacelar, patrono da escola.



Fonte: Acervo da Loja Maçônica em Itaberaba, sem data.

Através do livro de frequência de 1958, é possível identificar a primeira turma da Escola Everaldo Bacelar formada naquele ano. As aulas se iniciaram no dia 2 de maio, contando com uma classe de 1º ano composta por 21 alunos, sendo 8 meninos e 13 meninas. O número de alunos cresceu gradativamente. Em novembro, a turma possuía 29 estudantes e no ano seguinte a escola conseguiu a soma de 36 alunos para a mesma classe. São dados que demonstram a

²⁵ Informações retiradas do arquivo da Loja Deus, Justiça e Fraternidade, obtidos com o maçom José Carlos com quem entramos em contato.

trajetória da escola em seus primeiros anos de atividade, conforme ganhava espaço para crescer seu alunado.

A criação da escola se efetivou através de um convênio firmado entre a Loja Maçônica, onde funcionou por muitos anos, e o governo do Estado da Bahia²⁶. A parceria consistia nas seguintes obrigações para a Loja: contribuir com o mobiliário e prédio, e para o governo: nomear e manter os professores. Ao analisar correspondências e outros documentos da escola, percebemos que esse compromisso nem sempre era bem administrado por ambos os lados, algo que discutiremos mais à frente. A articulação para manter a E.E.B precisou contar com o apoio da Câmara Municipal através do empenho de vereadores preocupados com a educação no município.

No dia 13 de maio de 1959, o maçom e vereador Odulpho Santos Brito escreveu ao prefeito da cidade, Josué Ribeiro dos Santos, contestando seu ofício em que dizia não haver verba para dois estabelecimentos de ensino mantidos por duas instituições, sendo uma a Loja Maçônica (Escola Everaldo Bacelar), e outra, a Igreja Batista (Instituto Batista de Ensino)²⁷. O ofício do prefeito era uma resposta ao pedido por recursos para os citados estabelecimentos de ensino enviado anteriormente por Arnold Mota, vereador que desde o início daquele mês vinha argumentando nas sessões sobre a necessidade que passava a instrução pública no município.²⁸

O ofício de resposta expedido pelo prefeito foi lido na sessão da Câmara de 11 de maio e diante da negativa, Odulpho Santos Brito se manifestou, dizendo não se conformar com as informações dadas pelo prefeito, pois os recursos estavam previstos na lei nº140, artigo 186. Brito argumentou em sua fala que "desde que esta Câmara se instalou só tinha se feito até agora votar verbas em Projetos oriundos do Poder Executivo, portanto era de estranhar que não existisse recursos para se atender auxílios para a instrução".²⁹

O assunto não foi mais debatido naquela reunião, porém, na tentativa de fazer o prefeito reconsiderar a decisão, foi enviado o citado ofício de 13 de maio assinado por Odulpho Santos Brito que demonstrou simpatia pela causa. No documento, descreveu seu constrangimento em comunicar a deliberação do prefeito em não conceder subvenções a essas escolas, se contrapondo decisão do poder executivo e apelando para a relevância da matéria, tendo em vista a situação da educação em Itaberaba. O teor do documento reforçava o quadro das dificuldades que vimos nas matérias do periódico *O Itaberaba*:

²⁶ Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP), 2024.

²⁷ ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE ITABERABA, Correspondências recebidas 1952-1958, estante 39, caixa 1093.

²⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE ITABERABA, Arquivo 132, Atas 1956-1960

²⁹ Idem.

“[...] sinto-me constrangido se vier a ser forçado comprovar a manifesta má vontade do Poder Executivo em atender uma **causa justa**, como seja a da instrução em nossa terra, que muito carece e muito necessita do amparo dos Poderes Públicos a tais iniciativas particulares.” (ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE ITABERABA, Correspondências recebidas 1952-1958, estante 39, caixa 1093, grifo nosso.)

Em sessões anteriores, os vereadores Arnold Motta e Odulpho Santos Brito trataram de questões educacionais no município. Na reunião de 09 de maio de 1959, Mota colocou em pauta a situação do ginásio de Itaberaba, que segundo ele, enfrentava condições precárias de funcionamento. O vereador chegou a relatar o fato de um grupo de alunas daquela escola ter ido até Salvador na tentativa de mobilizar o governo estadual sobre a questão, criticando a ação das estudantes que “pareciam filhas de flagelados a mendigar esmolas”.³⁰

Na visão de Arnold Mota, o caso do ginásio só poderia ser resolvido com a encampação municipal, como afirmou antes de encerrar sua fala. Em seguida, os vereadores Expedito de Carvalho e Odulpho Santos Brito comentaram a exposição de Mota. Expedito de Carvalho discordou da ideia colocada acerca das alunas ginasianas, legitimando a atitude de buscar apoio do estado para o problema do ginásio. Brito, por sua vez, se posicionou sobre o papel que via para o município naquela situação:

[...] do seu ponto de vista, que era contrário a encampação do Ginásio pelo Poder Público Municipal, somente pela desconfiança, pela dúvida que tinha no êxito de qualquer estabelecimento educacional dirigido pelos municípios, principalmente municípios de renda pequena. (CÂMARA MUNICIPAL DE ITABERABA, Arquivo 132, Atas 1956-1960)

Em seu discurso, Brito demonstra desacreditar na capacidade administrativa e financeira do poder local e considerar que a educação deveria estar sob responsabilidade de instâncias mais estruturadas como o Estado. Vale reforçar que vemos a atuação de Brito na política local de forma integrada à sua condição de maçom e na fala acima, percebemos que do seu ponto de vista, a maneira ideal de conduzir a educação seria com apoio de setores com recursos e organização, ao que o Estado, em lugar do Município, contribuiria melhor.

A posição do vereador está de acordo com a atuação da maçonaria, que para a fundação da Escola Everaldo Bacelar, estabeleceu convênio com o Estado. Ao mesmo tempo, a discussão

³⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE ITABERABA, Arquivo 132, Atas 1956-1960

na câmara reafirma que haviam fragilidades nas instituições educacionais de Itaberaba, até em unidades estaduais, dando espaço para a contribuição de agentes como a Loja Maçônica.

Embora disposta a contribuir, a ação maçônica não era suficientemente capaz de sustentar sozinha a manutenção de uma escola, e a busca por amparo junto ao poder público e órgãos da educação, seguirá presente ao longo das décadas na história da E.E.B. O compromisso com a educação está associado ao valor concebido pela maçonaria ao ideário de ilustração e autoaperfeiçoamento, presente nos princípios maçônicos e visível nas ações dessa instituição desde finais do século XIX.

Para entender o envolvimento da maçonaria com a educação, perseguimos sua ação ao longo do tempo, encontrando na historiografia alguns trabalhos da região Sul, Sudeste e Nordeste. Infelizmente, a atuação da maçonaria no campo da história da educação ainda é pouco explorada, especialmente em território baiano. Essa ausência se deve em partes, a descrição das Lojas com seus documentos, tornando a autoria de boa parte da produção sobre o tema oriunda de membros da maçonaria com maior acessibilidade aos acervos internos das Lojas. É nessa lacuna, que entendemos que nosso trabalho pode contribuir para a história da educação na Bahia.

Entre os trabalhos na historiografia baiana sobre a maçonaria, o de Israel Santos Silva (2018) demonstra a ação maçônica em Feira de Santana a partir da fundação da Loja Luz e Fraternidade, fruto da fusão de duas outras Lojas: a “Luz e União” e “Fraternidade, Paz e Progresso”. O trabalho do autor não se detém em estudar a criação de escolas por parte da maçonaria, mas menções a respeito do assunto nos ajudam a perceber o envolvimento da maçonaria com o ensino durante a década de 1950, contribuindo para nossas reflexões.

Segundo o autor, a Loja Luz e União, fundada em 1928 mantinha forte atuação social, e patrocinava duas escolas nos distritos feirenses de Matinha e Anguera, com os nomes de Escola Infantil Luz e União I e Escola Infantil Luz e União II, respectivamente. A Loja Fraternidade, Paz e Progresso, criada em 1951, era mantenedora de uma escola infantil em Feira de Santana chamada São João da Escócia. Sustentando que a criação de escolas era um demonstrativo das redes de sociabilidade com as quais os maçons se relacionavam, Silva insere que em 1952, o maçom Aurelino da Silva Passos pediu ao Secretário de Educação, Dorival Passos que criasse a escola no prédio da Loja e teve seu pedido acatado.

Foi assim que surgiu a escola infantil São João da Escócia, destacada por possuir fardamento próprio, diferente do das outras escolas estaduais, com o símbolo da maçonaria. O autor entende que a escola representa a sociabilidade maçônica feirense que permitiu a instrumentalização dos maçons envolvidos com a política local e estadual. A título de menção,

relata que quando a Loja Luz e Fraternidade foi consolidada, contou com a participação do Grão Mestre e patrono da E.E.B, Everaldo Bacelar no evento, em 1956.³¹

Fernando da Silva Magalhães, que estuda a influência maçônica na educação do período de 1889 a 1930, em João Pessoa, demonstra, através de figuras presentes no contexto pré e pós republicano, como os ideais maçônicos estavam envolvidos naquela sociedade em efervescência.³² Essa leitura nos ajuda a compreender o nível desse envolvimento e os motivos da educação tornar-se alvo de esforços por parte da maçonaria ao ponto de criar escolas e se envolver em outros projetos de instrução, cultura e apoio social. Segundo o autor,

[...] os maçons entendiam a Educação como plataforma de transformação dos antigos ideais absolutistas em novas ideias iluministas e liberais, mais afeitas a conformação de seu próprio ideário de sociedade, republicana, baseada no tríptico revolucionário francês de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, no Brasil mesclado à uma religiosidade multifacetada, abarcando e estabelecendo relações de relevo com novas denominações que aqui aportaram desde a segunda metade do século XIX, como o protestantismo, o positivismo e o espiritismo. (Magalhães, 2013, p.110)

O envolvimento com obras sociais acompanha a maçonaria desde o oitocentos, sendo as escolas fundadas normalmente relacionadas com as preocupações com a instrução social, difusão do conhecimento e racionalidade. Esses aspectos não eram encontrados à época na educação prezada pela igreja católica, que até então tinha grande efeito sobre a instrução popular. No desfecho de sua discussão, o autor lista algumas das escolas fundadas no Brasil da Primeira República com apoio de Lojas maçônicas, sendo notório a quantidade e frequência em que casos assim ocorreram e seguiram ocorrendo por todo o país ao longo das três primeiras décadas do século XX. Com os dados da rica tabela do autor, separamos as ocorrências na Bahia e os sistematizamos:

³¹ Encontrar os personagens históricos inseridos em nossa pesquisa em meio às leituras historiográficas, para além das fontes primárias, é sempre objeto de satisfação, ao que achamos justo, portanto, mencionar aqui.

³² MAGALHÃES, Fernando da Silva et al. Maçonaria e Educação. Contribuições para o ideário republicano. 2013.

Tabela 2- Lista de lojas maçônicas fundadoras de escolas na Bahia (1889-1930)

	Loja	Cidade/Estado	Escola/Data	Boletim GOB	Pág.
053	Força e União II	Salvador – BA	Esc. Força e União 21/04/1917	Nº 4, Abr. 1917	362
083	União e Justiça	Salvador – BA	Esc. Primária –12/09/1919	Nº 10, Out. 1919	1160
084	Fidelidade e Beneficência	Salvador – BA	Esc. Nilo Peçanha – 17/09/1919	Nº 10, Out. 1919	1161
110	União e Caridade	Canavieiras- BA	Esc. Frei Caneca–1921	Nº 1, Jan. 1921	98
114	União e Caridade	Canavieiras – BA	Esc. Frei Caneca – 07/09/1921	Nº9, Set. 1921	836

MAGALHÃES, Fernando da Silva. Maçonaria e Educação: Contribuições para o ideário republicano. 2013. 305 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. P.283

Conforme os dados acima, constatamos a existência de 4 escolas fundadas por Lojas maçônicas na Bahia, já que uma delas, a Escola Frei Caneca de Canavieiras aparece duas vezes por ter sido publicada no Grande Oriente do Brasil em janeiro e depois em setembro de 1921. As fundações datam entre 1917 e 1921 e são recorrentes principalmente em Salvador, com 3 escolas, e Canavieiras, no sul do estado, com 1. Como o estudo de Magalhães não passa dos anos 1930, resta um vácuo no mapeamento das escolas maçônicas a partir das décadas seguintes.

Sabemos que houve durante o governo Vargas, especialmente no Estado Novo, um período de redução na atividade da maçonaria, pois as lojas sofreram com muita vigilância “causada pelo golpe de 24 de outubro” no qual, com a “implantação de estado de sítio e fechamento dos bancos, muitas Lojas suspenderam seu funcionamento, até por dificuldades de ordem financeira” (Carvalho, 2010, P. 50). Pode ser que a criação de escolas tenha sido diminuída a partir desse contexto de crise, reascendendo a partir da redemocratização no Brasil, com o fim do Estado Novo. Afirmarções acerca do assunto ainda carecem de mais pesquisas.

No horizonte da relação entre educação e maçonaria, a dissertação de Philippe Henrique Teixeira do Egito (2011), aponta que a primeira experiência educacional ligada à maçonaria que se tem notícia foi a *Royal Masonic School for Girls*, uma escola para meninas fundada na Inglaterra em 1788. A instituição tinha a finalidade de abrigar filhas de maçons que ficavam órfãs ou cuja a família estivesse passando por necessidades, se configurando como uma das primeiras grandes obras sociais de caridade realizadas pela maçonaria. No caso da escola inglesa, um conjunto de Lojas era responsável por sua manutenção.

Por outro lado, Magalhães (2013) identificou na Loja francesa Nove Irmãs a criação de uma escola em 1780, a Sociedade Apolínea ou Liceu de Paris, apontada como o início do movimento pela educação pública na França. Para o autor, “os maçons da “Nove Irmãs” discordavam do domínio que as ordens católicas exerciam na educação francesa” e defendiam o ensino público e gratuito que deveria ser financiado pelo Estado, posição semelhante ao movimento ocorrido no Brasil em finais do século XIX e início do XX. (Magalhães, 2013, P. 68)

A maçonaria se instalou no Brasil a partir de 1802, mas o estabelecimento definitivo do Grande Oriente do Brasil ocorreu em 1822, com José Bonifácio na posição de Grão Mestre, fazendo notória a participação de políticos e ícones históricos na maçonaria.³³ Conforme Barata (2013), boa parte da historiografia considera que a chegada da maçonaria no Brasil decorre dos filhos das elites que foram iniciados no exterior e após irem estudar nas universidades europeias, ao regressarem iniciaram outros e fundaram as primeiras Lojas.³⁴

A partir da República, a atuação da maçonaria na instalação de escolas aumentou, com a ideia de “fazer um contraponto às práticas “obscurantistas” da Igreja Católica e a difusão de sua doutrina nas escolas religiosas[...].³⁵ Sobre a criação de escolas pela maçonaria no Brasil, Egito (2011, P.22) também assinala que “ao contrário do que acontecia no caso inglês (que tinha um caráter assistencialista), [...] a preocupação era com uma instrução pública e universal e não apenas uma educação direcionada às famílias maçônicas.”

Para Accioly, (202, P. 68) que estuda a ação maçônica no estado de Pernambuco, “a Maçonaria com a República e, mais especificamente, nas primeiras décadas do século XX, experimentou uma nova estratégia de atuação vivenciada em várias esferas da instituição.” O

³³ De acordo com Egito (2011) o primeiro Templo da maçonaria no Brasil foi erguido na Bahia e “pertencia à Loja Virtude e Razão” e o segundo “foi edificado no Rio de Janeiro no ano de 1803 para as Lojas Reunião, Constância e Filantropia - todas elas vinculadas ao Grande Oriente Lusitano. Porém, com o início dos movimentos contrários ao domínio português no Brasil, essas lojas rompem com a obediência portuguesa e passam a se vincular ao Grande Oriente da França.” (EGITO, 2011)

³⁴ BARATA, Alexandre Mansur. Maçonaria século XIX: história e sociabilidades, UCLA, 2013.

³⁵ HISTÓRIA VIVA. A Maçonaria na História. Ediouro, Rio de Janeiro, 2015.

autor compreende que a entidade passou a preocupar-se não somente com a atuação maçônica na política, mas percebeu a importância do âmbito social e cultural, expressado na fundação de escolas, bibliotecas e utilização da imprensa como meio de difusão de ideias e construção de “aproximação do mundo “profano” com o maçônico”.

A missão com a educação nasceu em um cenário de predominância da Igreja Católica como mantenedora e orientadora ideológica de diversas escolas. Nesse contexto, a maçonaria passou a se empenhar na instalação de unidades escolares que pudessem priorizar um ensino laico, difundir o acesso à educação e criar uma narrativa positiva diante da sociedade que tendia (e segue até hoje) a estigmatizar a maçonaria e seus símbolos. Além de escolas, as bibliotecas e periódicos também foram objetos de interesse maçônico, criados desde as Grandes Lojas até as mais imbricadas no interior dos estados brasileiros.³⁶

A extensão da rede de escolas apoiadas pela maçonaria é apresentada pelo *Livro Maçônico do Centenário*, publicado em 1922, em comemoração aos cem anos do Grande Oriente do Brasil. Nele, consta que naquele ano a maçonaria mantinha 132 escolas com 7.030 alunos matriculados em 16 estados brasileiros, quantidade que, embora considerável, segundo Arriada e Tambara (2019, P. 452), ainda era insuficiente para “expressar um perigo para a hegemonia católica”.³⁷ Os autores apontam que os colégios existentes ficaram aquém de atingir seu potencial, pois muitos maçons não costumavam matricular seus filhos nessas escolas, mesmo com insistência das grandes lojas.

No artigo dos referidos autores, a análise da relação entre maçonaria e educação foca em casos nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, através de fontes primárias circuladas entre maçons no século XIX e XX. Na discussão, podemos compreender os desafios que se colocaram para a maçonaria frente ao projeto educacional, especialmente pelo custo de manter escolas. Conforme essa dificuldade cresceu, houve a fragmentação da preocupação com o ensino por parte das lojas maçônicas e passagem da administração de algumas escolas para o poder público, enfraquecendo o movimento dos anos iniciais da república, no Brasil.³⁸

Ao considerarmos a atuação da maçonaria em Itaberaba, podemos dizer que há a retomada dos ideais maçônicos do início do período republicano a partir da década de 1950,

³⁶ Conforme Egito (2011), a maçonaria no Brasil está organizada em “três obediências: o Grande Oriente do Brasil que é uma entidade federativa e representações dela existem em todos os Estados brasileiros, mas obedecendo a uma hierarquia federal com sede em Brasília”, como por exemplo, a Grande Loja do Estado da Bahia; a Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil (CMSB), cujas Lojas não respondem a uma entidade federal, são independentes; e por fim, a Confederação Maçônica do Brasil (COMAB), que agrega os membros independentes e também confederados.

³⁷ Dados resgatados por Arriada e Tambara (2019) a partir do trabalho de Barata (1999).

³⁸ ARRIADA, José; TAMBARA, Elomar. Maçonaria e educação: poucos, mas bons. *História da Educação*, Pelotas, v. 17, n. 41, p. 109-132, set./dez. 2013.

que, como discutido no capítulo I, contou com a proliferação de ideias em torno da educação pública que culminaria na LDB de 1961. É provável que no momento de disputas entre o ensino público e privado, a maçonaria estivesse inclinada ao posicionamento em prol da educação popular, por seu histórico junto às ações sociais, isto é, compartilhava o discurso pela educação pública que circulava no decorrer da elaboração legislativa. É nesse contexto que surge a E.E.B, em uma fase de demanda pela ampliação de escolas que atendessem as classes menos favorecidas e oferecessem um ensino laico e gratuito.

Ao nos debruçarmos sobre a fundação e desenvolvimento da Escola Everaldo Bacelar, buscamos compreender a relação tecida entre ela e a maçonaria em Itaberaba, sem perder de vista o contato com o poder público local e estadual que fez parte de sua manutenção. Diferente de algumas experiências observadas em boa parte da historiografia sobre a maçonaria, nosso trabalho não contou com muitas fontes internas da Loja do município, por se tratar de um acervo restrito, porém, além das fontes oficiais, o arquivo interno da escola ofertou um conjunto de fontes que nos permitiram desenvolver nossa pesquisa.

Com a abertura da escola em 1958, as primeiras turmas da E.E.B ficaram a cargo da professora Lúcia Marques de Sá, posteriormente designada para a direção. A correspondência expedida e recebida em sua gestão atravessou o tempo e se tornou vestígio do cotidiano e das relações político administrativas da escola. Todavia, a maior parte do material encontrado na escola foi apenas referente à década de 1970- o que nos lembra que *“o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada pelas forças que operaram no desenvolvimento temporal”* (Le Goff, 2008, P.525). Infelizmente, essa ausência influenciou a redução da discussão dos anos 1960 em nosso trabalho.

De todo modo, nosso recorte acompanha um longo tempo da gestão de Lúcia Marques de Sá e como sujeito histórico ativo junto a escola, é importante conhecer sua trajetória e percurso na Escola Everaldo Bacelar.

2.1 “Pintora, pedreira e tudo que necessitasse”: a E.E.B na gestão de Lúcia Marques de Sá

A instituição da Everaldo Bacelar se concretizou tendo a professora Lúcia Marques de Sá como regente, e depois diretora da escola.³⁹ Nas fontes, sua gestão revela-se zelosa no que tange

³⁹ Diário Oficial do Estado, 16 de abril de 1958 e Ato da Loja Maçônica nº 01/67.

aos cuidados com a estrutura escolar e com o melhor atendimento possível do alunado. Estava constantemente em contato com os órgãos de educação locais, a prefeitura e a própria Loja Maçônica, o que ficou registrado nas correspondências que encontramos na escola. Em depoimento prestado, na década de 1995, para a direção da E.E.B, revelou o desafio inicial em conseguir professores para lecionar na escola, devido ao vínculo da instituição com a maçonaria.

Figura 4. Lúcia Marques de Sá, primeira professora (1958-1969) e primeira diretora da E.E.B (1969-1981)



Fonte: Acervo da escola, foto da autora. Itaberaba, 2024.

Segundo ela, “devido a influência religiosa em que afirmava ter a maçonaria parte com o demônio, representado pelo Bode Preto, tiveram dificuldade em encontrar uma professora que aceitasse o desafio de trabalhar na Everaldo”. A partir do relato, percebemos o estigma social em torno da Maçonaria que acompanhou a entidade através dos séculos, influenciando nesse caso até mesmo a recepção da comunidade ao espaço escolar sob responsabilidade maçônica. Lúcia Marques de Sá era filha do maçom e diretor da Loja em Itaberaba na época, Antônio Pimentel de Sá, o que facilitou sua aceitação do cargo, sem preconceitos com a participação dos maçons na fundação da escola.⁴⁰

⁴⁰ Depoimento de Lúcia Marques de Sá. Entrevista transcrita de 06 de dezembro de 1995, encontrada no acervo da ex diretora Diucires Mascarenhas Costa com quem conversamos na etapa de elaboração do projeto de pesquisa.

Acreditamos que a relação da diretora com um membro da Loja foi elemento fundamental para o diálogo que manteve com a gestão da Loja Maçônica Deus Justiça e Fraternidade durante sua atuação na E.E.B, o que percebemos análise das correspondências em que fazia solicitações ou convidava seus membros para eventos da escola. No relato, a diretora afirmou que foi “pintora, pedreira, costureira [...] tudo que necessitasse”, mostrando que seu trabalho, nos 23 anos de exercício na unidade, era dedicado, não medindo esforços para contornar os impasses que surgiam ou lidar com os empecilhos do ensino público no período.

Na década de 1970, ou seja, mais de 20 anos após os relatos do jornal sobre a grave situação educacional de Itaberaba, a E.E.B lidava com as mesmas dificuldades apontadas à época pela falta de materiais, estrutura inadequada e número insuficiente de professores. Em abril de 1972, a diretora foi enfática em suas solicitações. Enviou documento apelando ao diretor do Departamento de Educação e Cultura, para atender as suas demandas em virtude de que haviam 53 alunos sem conseguir ser atendidos pela escola devido à falta de professor. Situações assim eram recorrentes pois um quadro demonstrando a necessidade de mais professores havia sido remetido ao órgão competente, mas, até aquele momento, não tinha obtido resultados.⁴¹

No mesmo ofício de abril, conforme explica a diretora, haviam 53 alunos desassistidos do 1º ao 5º ano por conta da transferência professora regente, Christália Sampaio Peixoto Ribeiro, enviada para lecionar no MOBREAL, programa federal voltado para a alfabetização de adultos.⁴² A diretora Lúcia Marques de Sá reiterou que a ausência da docente deixou a escola sem funcionar no turno da noite, período em que atendia jovens e adultos de 15 a 25 anos, já alfabetizados, que não podiam se matricular no diurno, possivelmente por ocupação de trabalho ou outros compromissos essenciais.

A escola nesse período funcionava nos três turnos, sendo a falta de professores referente ao turno da noite. Percebemos pelas correspondências da década de 1970 que situações como essa foram bastante comuns, e o Estado costumava demorar para efetivar a substituição dos docentes. Os afastamentos de professores se deviam a questões diversas, entre elas, transferência, ocupação de cargos, ou problemas de saúde como ocorreu com a professora Maria Helena Luquini Sarmiento, que sofreu uma série de afastamentos ao longo de 1972. Vale a pena

Acreditamos que esse registro da diretora Lúcia Marques de Sá foi coletado para constituição de um histórico da E.E.B após a sua reinauguração em 1994.

⁴¹ ARQUIVO DA ESCOLA EVERALDO BACELAR, Correspondências 1970.

⁴² O MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) foi uma política criada no regime militar, em 1967 que vigorou até 1985 e tinha o objetivo de diminuir o nível de analfabetismo no Brasil, especialmente entre jovens e adultos não escolarizados ou que não tiveram sua formação no tempo adequado às suas faixas etárias.” (LIMA, MACEDO, SOUZA, 2022)

entender esse caso, pois indica alguns vestígios do cotidiano escolar e da realidade do corpo docente da E.E.B.

A professora Sarmento foi afastada em 1972 por questões de saúde, conforme expresso nos comunicados de licença emitidos pela escola ao longo daquele ano. Seu caso chama atenção pela frequência com que ocorreu, pois passou quase o ano inteiro em afastamentos sucessivos: primeiro por dois meses, do dia 7 de março a 7 de maio, depois de 5 de julho a 7 de agosto; novamente do dia 11 de agosto a 24 de setembro; e do dia 7 de novembro a 7 de dezembro. Em ofício expedido pela E.E.B, a diretora pede ao Departamento de Educação Primária que tome providências, expressando o prejuízo gerado para escola diante da falta da professora.⁴³

No documento, Lúcia Marques de Sá descreve que Maria Sarmento estava acometida de uma moléstia que lhe causava dificuldades para lidar com as crianças, pois não tinha "sanidade mental" e irritava-se com muita facilidade devido ao quadro de saúde que possuía. Não há no relato uma explicação concreta de qual doença se referia, porém cabe, a partir da descrição feita, nos questionarmos se era um problema de saúde mental, tema que na época não era tão debatido como hoje, e que poderia ser agravado no ofício de professora, pelas exigências da tarefa de reger uma turma de crianças.

A situação com a saída da docente tornou-se mais grave, pois no período de abril, a professora Nelci Madalena da Silva, que a substituíra, foi movida para atuar na capital, ficando a classe do 4º ano sem regente. A direção da escola comunicou este fato para Acy Santos Rocha que era responsável como delegada escolar, em 3 de julho de 1972, e depois, em ofício para o diretor do Departamento de Educação Primária do Estado, reiterou que a turma estava sob seus cuidados, porquanto não havia regente designada até o momento.

Em todos aqueles meses, a turma permaneceu sem regente e a própria diretora precisou interceder assumindo a classe, uma tarefa além suas funções de gestora. Como desfecho, a professora Sarmento acabou sendo desligada da Escola Everaldo Bacelar em 1973, porém foi realocada, ganhando novo cargo como assistente na Delegacia Escolar, conforme a Portaria estadual nº 3.872, no qual permaneceu até 1974.⁴⁴ Certamente, a nova função seria mais viável para a professora apesar de suas condições de saúde naquele momento, o que foi levado em conta para afastá-la de sala de aula, mas garantindo que teria nova ocupação.⁴⁵

⁴³ ARQUIVO DA ESCOLA EVERALDO BACELAR, Correspondências 1971-1972

⁴⁴ Nesse ano, sua dispensa do cargo foi publicada no Diário Oficial do Estado, documento que encontramos no arquivo da E.E.B com a informação grifada, provavelmente pela diretora.

⁴⁵ ARQUIVO DA ESCOLA EVERALDO BACELAR, Correspondências 1971-1972

Outra comunicação de licença foi feita em junho daquele mesmo ano, dessa vez da professora Amália Lopes Gibara, que, se encontrando gestante, ficaria afastada de julho a outubro, gerando outra lacuna na composição do quadro docente da E.E.B que já enfrentava problemas com a lenta recomposição de funcionários pelo Estado. Situações desse tipo foram frequentes ao longo de 1972. Em 25 de setembro, a diretora se dirigiu ao secretário de Educação da Bahia manifestando as dificuldades da escola para manter seu quadro docente. Além de pedir a nomeação de substituta para a professora Sarmento, comunicou a falta de Vanide Andrade Silva, professora do 1º ano que passou a servir em outra cidade.

Em meio aos obstáculos que se erguiam no cotidiano da escola Everaldo Bacelar, é nítido o empenho de Lúcia Marques de Sá para contorná-los. Não se limitava em comunicar os problemas aos órgãos educacionais, mas tentava corrigir como podia, como vimos em sua atitude de assumir a turma sem docente até a chegada de nova professora e no contato permanente com o Poder Público local que permitia potencializar a resolução de questões imediatas, fosse a providência de materiais ou fornecimento de itens que atendessem a comunidade escolar, como o “tonel” para coleta de lixo, solicitado pela diretora, em 1971, à prefeitura.

Inúmeros pedidos por suprimentos de papelaria para uso da escola estão entre as correspondências destinadas ao prefeito de Itaberaba na época. A determinação com que a diretora agia na defesa da escola decerto foi importante para mantê-la em funcionamento digno, apesar dos empecilhos. É interessante analisar as variadas circunstâncias relatadas por ela ao executivo, como por exemplo no dia 5 de julho de 1972, em que se queixou em ofício ao prefeito sobre os “lacerdinhas”, os quais estavam “se proliferando em abundância nos pés de Ficus da Praça do Rosário”.⁴⁶

Referia-se a insetos que, segundo o documento, estavam infestando as árvores e atacando “transeuntes” que passavam por ali, inclusive os próprios alunos da escola. A praça era um lugar central na cidade e sua manutenção era de interesse coletivo, de modo que, quando informava situações desse gênero às autoridades, a direção da escola conseguia mobilizar causas relevantes para a comunidade local.

Outro acontecimento envolvendo o espaço foi reportado meses depois, dessa vez envolvendo a armação de um parque de diversões. A armação do parque estava exatamente em frente da E.E.B, criando um desconforto para a rotina escolar. Indignada, Lúcia Marques de Sá afirmou que “não há dúvida de que veio para atrapalhar as aulas e aumentar a vigilância do

⁴⁶ Idem

corpo docente quanto a disciplina, uma vez que os alunos dispersam sua atenção pelas mínimas coisas”.⁴⁷ Na reclamação, diz que os estudantes acabavam saindo de seus lugares para ver o que ocorria do lado de fora, se distraíndo com os transeuntes que por vezes gritavam ou conversavam próximo da escola.

Seguindo sua argumentação, apontou os problemas infra estruturais que considerava possíveis de acontecer com a instalação do parque, entre os quais os “buracos, sujeira e inconveniências para a praça em apreço”. Supondo que o proprietário do parque não acordou o uso da praça com a prefeitura, Lúcia de Sá pediu à prefeitura outro terreno mais distante que recebesse adequadamente o empreendimento. Lidando com os mais diversos atravessamentos, a postura da diretora da E.E.B era firme, sem receio em expor seu ponto de vista para sanar possíveis interferências na rotina da escola tanto interna como externas.

Em mais uma demonstração de seu compromisso com a escola, em março de 1972, Lúcia Marques de Sá recorreu ao poder executivo municipal, enviando diretamente ao prefeito um pedido de material relacionado ao funcionamento da secretaria e direção da escola. Na época, Belmiro Cincurá de Andrade ocupava a prefeitura, e a ele a diretora solicitou materiais de uso interno como grampeador e livros de ponto, declarando que a escola estava “numa situação difícil por falta de verbas que lhe foram negadas este ano [...]”.⁴⁸ Apesar desses obstáculos, percebemos que a diretora conseguia se articular bem para suprir as demandas existentes, mantendo boas relações com as autoridades públicas no município de Itaberaba.

Quando Cincurá de Andrade foi empossado, em março de 1971, a diretora escreveu para parabenizá-lo. A intenção do ofício enviado era fazer solicitações e informes acerca da escola, porém, aproveitou a oportunidade para manifestar reconhecimento da posse de Cincurá, demonstrando sua articulação com o poder local. No documento, ela inicia com votos de força ao político, desejando que “Deus o ilumine” para desempenhar “tão árdua tarefa”. Foi nessa ocasião que pediu que fosse colocada a lata de lixo nas proximidades da escola para atender a Everaldo Bacelar e a Ramiro Pimentel de Sá, outra escola da localidade.⁴⁹

É perceptível a intenção constante da diretora em manter boas relações com as autoridades públicas locais, sabendo da importância desse apoio para enfrentar as necessidades latentes que a escola possuía no que diz respeito as condições estruturais e materiais. A maneira como se comunicava nos ofícios revela habilidade com as palavras, bem utilizadas para convencer e persuadir, especialmente quando fazia solicitações.

⁴⁷ ARQUIVO DA ESCOLA EVERALDO BACELAR, Correspondências 1971-1972.

⁴⁸ ARQUIVO DA ESCOLA EVERALDO BACELAR, Correspondências 1971-1972

⁴⁹ Idem.

Outro exemplo da relação da diretora com o poder local foi o ofício circular enviado pela Câmara em 4 de fevereiro de 1971, onde informou formalmente à diretora Lúcia Marques de Sá, a composição da nova mesa diretora após as eleições. A mesa definida para o ano de 1971 a 1973, ficou constituída da seguinte forma: Presidente: Bel. José Amando Sales Mascarenhas (MDB); Vice- presidente: Bel. Ely Santos Rocha (ARENA); Christália Sampaio P. Ribeiro (ARENA); Luiz Oliveira Souza (ARENA), 1º e 2º secretários respectivamente.⁵⁰

Como aponta a correspondência, havia na Câmara do município dois partidos predominantes, o MDB, partido de oposição, e o ARENA, que durante os governos militares representou os partidários da ditadura, uma vez que o regime militar operava sob o sistema bipartidarista.⁵¹ É válido lembrar, que no período em questão, o Brasil vivia os “anos de chumbo”, isto é, a fase de maior repressão da ditadura, que durou de 1968 até 1976, e foi onde a “tortura, os desaparecimentos de presos políticos, a censura prévia e o cerceamento do debate político-cultural atingiram seu ponto máximo nos vinte anos que durou a ditadura brasileira.”. (Napolitano, 2014, P. 6)

A referida 1ª secretaria da Câmara, Christália Sampaio P. Ribeiro era parte do quadro de professores da E.E.B. e por sua ocupação no legislativo municipal, chegou a ser dispensada, provavelmente parcialmente, das funções de regente que exercia na escola, segundo documento oficial enviado pela Câmara, onde consta que seu expediente estaria ocorrendo nos dias de quinta e sexta feira. Apesar disso, como abordamos anteriormente, em 1972, Ribeiro foi afastada para servir no Mobral, o que indica que não deixou de atuar como professora, apesar do trabalho na Câmara Municipal.

2.2. Um breve olhar sobre os eventos, formalidades e cotidiano escolar da E.E.B

No início dos anos 70, com a reorganização da estrutura administrativa da Secretaria de Educação surgiram as Coordenadorias Regionais, setores resultantes do esforço para descentralizar a educação baiana que serviam como “unidades administrativas polivalentes integrantes de cada Secretaria de Estado, [...] localizadas nas sedes das Regiões Administrativas do Estado.” As CR, posteriormente seriam renomeadas de DIREC (Diretorias Regionais de

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ Conforme Marcos Napolitano, durante a Ditadura Militar foram instituídos 5 Atos Administrativos, visando reforçar o Poder Executivo, especialmente da Presidência da República. Esses Atos, “garantiam alguma rotina nas decisões autocráticas e davam amparo jurídico na tutela do sistema político e da sociedade civil”, sendo o AI-2 responsável especialmente por estabelecer o bipartidarismo como forma de controlar a oposição inviabilizando a existência de outros partidos. (Napolitano, 2014)

Educação), e hoje são o que conhecemos como NTEs, (Núcleo Territorial de Educação), nomenclatura atualizada a partir do decreto 15.806 de 30 de dezembro de 2014.⁵²

Em Itaberaba, no ano 1973, a chamada “CR-12” já estava ativa, pois há registros nos arquivos da Escola Everaldo Bacelar de correspondências trocadas com o órgão. Contudo, a inauguração da unidade local ocorreu somente em 1974, como vemos pelo convite recebido pela E.E.B para o evento, que estava previsto para acontecer em 30 de abril daquele ano.⁵³ A correspondência continha toda a programação, planejada para começar a partir das 8:00, com a chegada do Secretário de educação e sua comitiva no “trevo”.

A seguir, conforme o documento, às 8:30, se dirigiriam para a escola João XXIII e às 9:00 ocorreria o coquetel de inauguração. A agenda da cerimônia iria até as 14:00 e contaria com visitas a outros espaços escolares em Iaçú, Itaetê e Marcionílio Souza, certamente uma oportunidade para os representantes da educação conhecerem demandas e situação da educação nesses locais, e estabelecerem diálogo com autoridades como prefeitos e delegados escolares. Esses encontros estavam previstos na programação.⁵⁴

Em outubro de 1973, Lúcia Marques de Sá se dirigiu a CR-12 para atualizar a coordenadoria sobre o quadro de professores da E.E.B. No ofício, a diretora informou o nome das regentes da escola, turmas existentes e sua composição em gênero, turno e quantidade de alunos. Acreditamos que essa relação foi enviada para atender a solicitação da delegada escolar, Acy Santos Rocha, quando esta requereu dados dos funcionários da escola em virtude de "não haver chegado no prazo determinado o boletim referente ao mês próximo passado da profª Hildete Mascarenhas Leal." Não poderemos afirmar, pois não há indicação de dia e mês no documento, mas tudo indica que a direção da E.E.B atendia a este pedido quando enviou a tabela de funcionários.⁵⁵

É válido pontuar que o ofício da CR-12 com assinatura da delegada escolar, demonstra que o órgão agia em articulação com a Coordenadoria Regional. De acordo com a tabela enviada por Lúcia Marques de Sá, a qual reproduzimos a seguir, vemos que as turmas da E.E.B tinham em média 31 alunos, como informou a diretora, e notamos que a maioria, especificamente 6 das 9 classes existentes, era composta de alunos do sexo feminino. Esse dado

⁵²BARBOSA, Elisiana Rodrigues Oliveira. Diretoria Regional de Educação: avaliação do seu papel no desenvolvimento local e regional do estado da Bahia. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2005.

⁵³ ARQUIVO DA ESCOLA EVERALDO BACELAR, Ofícios década de 1970.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ ARQUIVO DA ESCOLA EVERALDO BACELAR, Ofícios década de 1970. Ofício nº 720/73 da CR-12.

possivelmente estava atrelado a dinâmica de trabalho, que naquele contexto poderia influenciar na dificuldade do acesso dos meninos a escola.⁵⁶

Tabela 3-Relação de professoras da E.E.B em 1973

REGENTES	Série	Nº de Alunos		Turno
		Masculino	Feminino	
Nilza Silva Suassuna	1º	12	15	Vespertino
Gildete Silva da Paixão	1º	15	11	Matutino
Jalvacy Souza Pinheiro	1º	15	14	Matutino
Cleonilze Silva dos Anjos	2º	8	23	Matutino
Maria Carvalho da Silva	2º	21	16	Vespertino
Neusa Sena Tavares	3º	11	20	Vespertino
Wanda Maria O. Silva de Souza	4º	17	22	Vespertino
Edna Maia C. de Almeida Borges	5º	15	18	Matutino
Christalia S. Peixoto Ribeiro	Servindo no Mobral	-	-	-
Maria Luquin Sarmiento	À disposição da Delegacia Escolar	-	-	-
Maria das Virgens Silva Borges	À disposição da Coordenadoria			
Hildete Mascarenhas Leal	Educação Integrada	9	21	

Fonte: Arquivo da Escola. Ofícios da década de 1970. 5 de outubro de 1973.

⁵⁶ ARQUIVO DA ESCOLA EVERALDO BACELAR, Ofícios década de 1970. 5 de outubro de 1973

Outro dado evidenciado na tabela acima é a predominância feminina na E.E.B no corpo docente da E.E.B, que era completamente formado por professoras, cada uma responsável por uma turma. No total, havia 12 professoras que atuavam em dois turnos na instituição, dentre elas, a professora Maria Helena Luquini Sarmiento, que foi designada para servir na delegacia escolar, por problemas de saúde, Christália Peixoto Sampaio, movida para o Mobral e Hildete Mascarenhas Leal que era responsável pela turma de “educação integrada”. Essas observações aparecem indicadas na lista, ou seja, ainda que as profissionais não estivessem atuando na escola, eram consideradas parte do quadro.⁵⁷

Outros ofícios demonstram o papel da Coordenadoria Regional na função de mediação da administração educacional local, informando ou orientando procedimentos aos estabelecimentos de ensino. Em 29 de março de 1973, convidou a direção da Escola para uma reunião na sede do órgão, onde se discutiria “a instalação do serviço de Supervisão a nível de 1º grau nas escolas da rede estadual”, mostrando que o contato de abril, quando da inauguração da CR-12, não foi o primeiro, pois uma relação de aproximação já estava sendo desenvolvida com a Escola Everaldo Bacelar.⁵⁸

A Escola Everaldo Bacelar interagiu com a comunidade e outros espaços de educação local, através da recepção de estagiárias e participação em atividades municipais. Em 1967, o diretor do Ginásio de Itaberaba manifestou sua consideração pela Escola ao enviar ofício com a relação das estagiárias escaladas para atuar na escola naquele ano, dizendo que “essa escola sempre colaborou em prol da formação dos nossos alunos”, denotando a parceria que se tinha entre as instituições.⁵⁹ No documento, constam quatro “professorandas” que iriam estagiar na E.E.B, entre elas a professora Diucires Mascarenhas, de quem coletamos depoimento durante o andamento desta pesquisa.⁶⁰

Além dela, a escala previa a chegada das estagiárias Solange Lopes de Araujo, que ficaria com a turma do 2º ano de Lúcia Marques de Sá, no turno vespertino; Violeta Odete Brandão, para o 3º ano sob regência da professora Neusa Sena Tavares, no vespertino; e Edleuza Lúcia Oliveira Santana, para o 3º ano, com a professora Rosauta G.F Poggio, no vespertino. Diucires Mascarenhas ficaria pela manhã, no 2º ano da professora Marise Santos. O total de 4

⁵⁷ O Programa de Educação Integrada (PEI) era ligado ao Mobral e servia para continuidade da escolarização de adultos. (TORRES; SILVA; FREITAS, 2020).

⁵⁸ ARQUIVO DA ESCOLA EVERALDO BACELAR. Ofícios da década de 1970. 29 de março de 1973.

⁵⁹ Idem. 9 de agosto de 1967.

⁶⁰ O depoimento da Professora Diucires Mascarenhas foi colhido em entrevista durante a elaboração inicial de nossa pesquisa, porém não o utilizamos como fonte devido ao recorte temporal escolhido posteriormente já que sua atuação se deu durante a década de 1990. Apesar disso, contar com a memória da antiga gestora elucidou diversos aspectos deste trabalho.

estagiárias (4) mostra que a escola em seus quase 10 anos de funcionamento à época, tinha boa visibilidade na sociedade local.⁶¹

A aproximação com a comunidade também se dava pela participação dos pais ou responsáveis dos alunos nas reuniões da escola. Infelizmente não encontramos grande volume de atas desses eventos, porém algumas permanecem no arquivo da E.E.B, com a de 27 de outubro de 1971. A reunião de pais contou com a presença de professores e familiares dos alunos e presidência da senhora Maria Elvira Mascarenhas, cuja função não foi discriminada, mas nos leva a crer que tratava de alguém ligado a alunos da escola, possivelmente a mãe de um estudante.⁶²

Durante a reunião, Lúcia Marques de Sá falou sobre horário de entrada e período de recreio, e chamou atenção para as faltas dos alunos, que chegaram a ser extremas no dia oito de setembro, ao ponto de não haver aula naquele dia. As reuniões eram espaços de comunicação com os pais onde a escola podia reforçar a importância da colaboração familiar para a educação das crianças. O evento contou com a notável presença do professor Epitácio Pedreira de Cerqueira, que palestrou sobre higiene, assunto relevante para o cuidado infantil. Além de atuar como farmacêutico, o que explica a natureza de sua fala no dia, também marcou a história de Itaberaba ao se consagrar como memorialista do município.⁶³

Em 29 de abril de 1974, outra ata de reunião da E.E.B registrou o processo de eleição e posse dos membros integrantes da Comissão Executiva da Caixa Escolar da Escola. Participaram da reunião a equipe docente, discente, corpo administrativo e pais de aluno, como informado na ata, presidida pela diretora da escola, que agradeceu pela contribuição da Comissão anterior, antes de dar início a eleição. A ata indica que a Comissão era eleita anualmente, cumprindo o papel de:

a) elaborar e executar o plano de aplicação de recursos, b) movimentar os recursos da Caixa Escolar observando o Plano de Aplicação e as normas constantes da portaria, c) elaborar prestações de contas e submetê-las a apreciação do Conselho, d) aprovar antes da remessa ao órgão competente o plano de aplicação e as normas constantes da portaria, e) elaborar prestações e contas e submetê-las a apreciação do Conselho. (ARQUIVO DA ESCOLA EVERALDO BACELAR, Correspondências expedidas, 29 de abril de 1974)

⁶¹ Idem.

⁶² ARQUIVO DA ESCOLA EVERALDO BACELAR. Correspondências Expedidas 1970-1980. 27 de outubro de 1971.

⁶³ Epitácio Pedreira de Cerqueira foi escritor de diversas obras que contam a história de Itaberaba e região, além de diretor e professor do antigo Ginásio do município. Sua principal obra, “Pedra Que Brilha” deixou registros da fundação e formação de Itaberaba, consagrando o autor como respeitado memorialista local.

Realizada a eleição, os membros foram empossados, e embora não seja dito na ata quais membros compunham a Comissão, sabemos que um deles seria o diretor da escola, como presidente, e outro, encarregado da contabilidade.⁶⁴ A Comissão deveria obedecer ao Conselho Executivo formado pela diretora da escola, Lúcia Marques de Sá (presidente), a professora Edna Maria Almeida Borges como tesoureira, o senhor Vilaniro Calmon, pai de um aluno⁶⁵, a professora Cleonilze Silva dos Anjos, secretária, que anos depois seria a sucessora de Lúcia Marques de Sá na direção da E.E.B, e Dalva Carvalho, responsável de um aluno da escola, no papel de suplente de Secretária.

O Caixa Escolar consistia na arrecadação de recursos para ajudar nas despesas da escola, paga no ato da matrícula, podendo servir para auxiliar na aquisição de fardamento para alunos comprovadamente necessitados, e estava presente na educação de primeiro e segundo grau do período.⁶⁶ Conforme o artigo 77 da Lei nº 2.463, o governador da Bahia, Luiz Vianna Filho, decretou em 1967, que “as escolas deverão manter instituições beneficentes tais como Caixa Escolar, Cooperativa Escolar e congêneres”. A lei não especifica as condições de implantação do Caixa Escolar ou o nível de obrigatoriedade da contribuição por parte dos pais, porém pela qualificação de “beneficente” dada a esse recurso, seria uma opção dos responsáveis em contribuir ou não.⁶⁷

A reunião de pais que definiu a Comissão do Caixa Escolar, encerrou com a deliberação da presidente de que, além dos balancetes mensais, seria remetido anualmente até 31 de dezembro a prestação geral de contas com os devidos comprovantes extratos, referentes aos bens adquiridos pela escola. De fato, de acordo com o arquivo de correspondências expedidas da E.E.B, a prestação de contas do ano de 1979, por exemplo, foi enviada para a Secretaria de Educação e Cultura com os anexos de compra, e balancetes gerais.⁶⁸

Pelo ofício circular nº79/78 da CR-12, enviado para a E.E.B, para instruir acerca dos Caixas escolares de 1º grau, percebemos que era uma fonte de recursos destinada especialmente a manutenção da escola e apoio aos alunos. O valor poderia ser usado para comprar materiais didáticos ou de escritório, limpeza e reequipamento da escola, compra de materiais permanentes como mobiliário ou livros, etc. Na ficha de cadastro do aluno, encontrada nos arquivos da

⁶⁴ Dados verificados pelo ofício 79/78 da Coordenadoria Regional de Itaberaba, CR-12, enviado em 05 de junho de 1978, como protocolo de instrução para esse tipo de definição escolar.

⁶⁵ O primeiro nome está pouco legível na escrita da ata.

⁶⁶ SANTOS, Alda Quintino dos. O Ensino Médio na Bahia e os Ginásios/ Escolas Polivalentes: a iniciação para o trabalho. Dissertação de Mestrado. UNEB, PPGEduc. Salvador, 2010.

⁶⁷ Lei orgânica do Ensino de 13 de setembro de 1967. Leis Estaduais. Acesso em 18/09/2025. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-2463-1967-bahia-lei-organica-do-ensino>

⁶⁸ ARQUIVO DA ESCOLA EVERALDO BACELAR. Correspondências expedidas. 21 de fevereiro de 1980.

E.E.B, como uma espécie de recibo, consta o recolhimento de quinze cruzeiros, relativos à aluna Renilda Felix de Brito.⁶⁹

Entre os recibos de pagamento para compras realizadas pela escola, que foram anexas no relatório de despesas de 1979, vemos que a maioria dos gastos eram com materiais de escritório como pastas de arquivo, diários, folhas de ofício, entre outros. Vale perceber a presença de estabelecimentos comerciais da cidade que até hoje permanecem ativos em Itaberaba, como é o caso da Loja Discultura, que oferecia produtos diversos, entre discos, livros, revistas, brinquedos e papelaria. Observando alguns recibos daquele ano, vemos que os gastos iam de 160 até mais de 500 cruzeiros nesses estabelecimentos.

A despesa para 1979 fechou em 6.927 cruzeiros, de um total arrecadado de 6.970, incluindo o saldo do exercício anterior e a taxa escolar de 198 alunos. A seguir, vamos analisar os desafios enfrentados pela E.E.B na manutenção da escola, especialmente pelas dificuldades em conseguir materiais e estrutura adequada, buscando entender como a direção da escola e a Loja Maçônica intervieram na solução desses entraves. Mas é pertinente considerar que o Caixa Escolar foi uma implementação razoável, que contribuía no auxílio de algumas necessidades da escola.

⁶⁹ Idem. 07 de janeiro de 1977.

CAPÍTULO 3-QUANDO O APOIO SE TORNA DISPUTA: CONFLITOS NA RELAÇÃO ESCOLA-MAÇONARIA

Lúcia Marques de Sá foi a primeira professora e também pioneira na direção da E.E.B. Sua promoção se deu em 1967, quando a Loja Deus, Justiça e Fraternidade era dirigida pelo maçom Odulpho Santos Brito. Conforme o Ato de nomeação da Loja, a diretora deveria suprir a necessidade de organizar os serviços educacionais da escola e estabelecer com o professorado a mediação das demandas escolares, de forma ordenada e hierárquica. As expectativas quanto ao trabalho da gestão da escola, indicadas no documento, orientavam que a relação entre escola e maçonaria deveria ser de diálogo e cooperação, "apresentando sugestões e indicando soluções para que uma melhor ordem se implante".⁷⁰

Dessa forma, a gestão da primeira diretora da E.E.B foi, especialmente nos primeiros anos da década de 1970, marcada por intensa troca de correspondências com a Loja, relacionadas a solicitações ou convites para eventos da escola. Em alguns casos, as correspondências revelam que a Loja era presente nos assuntos da E.E.B, cooperando quando lhe era pedido. No dia das crianças de 1972, por exemplo, enquanto programava a atividade, mandou um ofício para o presidente da Loja em Itaberaba explicando a programação e solicitando apoio dos maçons:

Como era de praxe, antigamente, entre os Maçons desta Loja a instituição de prêmios para as crianças em homenagem à sua data, venho, por meio do presente, pedir a V. Sa. para conseguir entre os mesmos oito (8) prêmios, que deverão ser distribuídos com os alunos de melhor aproveitamento em cada classe. (ARQUIVO DA ESCOLA EVERALDO BACELAR, Ofícios década de 1970)

Na ocasião, as crianças produziram poesias e pinturas, e a equipe de professoras com suas estagiárias montaram uma exposição nas salas, acompanhada de bolos e guloseimas na escola. A programação também incluiu uma missa na Igreja Matriz, conforme informado que aconteceria desde o primeiro comunicado expedido por Lúcia Marques de Sá à Loja. Embora fosse historicamente uma sociedade laica, percebemos que a Loja Maçônica não fez oposição a inclusão de uma atividade religiosa na agenda da escola, ao contrário, deu sua contribuição para que ocorresse a festividade.⁷¹

⁷⁰ ARQUIVO DA ESCOLA EVERALDO BACELAR, Ofícios década de 1970. Ato N° 01/67

⁷¹ ARQUIVO DA ESCOLA EVERALDO BACELAR, Ofícios década de 1970

Lúcia Marques de Sá em sua gestão, demonstrou empenho para oferecer o melhor funcionamento, sempre preocupada em suprir as necessidades materiais da escola, e buscando se comunicar com a administração educacional ou poder público para tal. A Loja Maçônica também não escapava de suas solicitações, porém, nesse caso, observamos na documentação que o tom das mensagens revelava certa tensão e mudanças nas relações entre as partes, resultado de conflitos de interesse pelo uso do espaço da Loja, bem como das mudanças que ocorreram na gestão da Loja ao longo do tempo.

A primeira correspondência em que verificamos conflitos entre a direção da E.E.B e a Loja Maçônica data de 4 de fevereiro de 1971, e foi direcionada ao novo venerável da Loja, na época, Donald Alves Amorim. A escola, que utilizava salas da própria Loja para funcionar classes, precisou utilizar uma que não era de costume: a sala dos banquetes, normalmente onde ocorriam as reuniões da Loja, e enviou um ofício para informar aos maçons o ocorrido. Segundo a diretora:

[...] dada a premência de espaço para localizar 2 (duas) professoras e cerca de 50 alunos, fui forçada a utilizar a sala dos Banquetes, levando em conta que, sem esse procedimento, teria de afastá-las do prédio, deixando os referidos alunos a se debaterem à procura de escolas para se matricularem. De antemão devo dizer-lhes também que, expus o problema, ao sr. Venerável e **aventei a ideia de alugar uma sala**, nas proximidades do Prédio, o que não foi possível, devido ao desequilíbrio das finanças da Loja no momento. Devo dizer-lhes que empreguei esforços no sentido de conseguir uma sala gratuitamente, porém tudo em vão. (ARQUIVO DA ESCOLA EVERALDO BACELAR, Ofícios década de 1970, grifo nosso)

Como dito no documento, a demanda foi comunicada ao Venerável pela gestora a qual sugeriu a possibilidade de alugar um espaço que recebesse as crianças, cerca de 50 alunos. Mas não encontrou condições de custear a despesa, pois, como afirmou em seguida, havia "desequilíbrio das finanças da Loja no momento."⁷² A diretora também buscou opções gratuitas “porém tudo em vão”, não restando saída para ela, que tinha um grande número de estudantes para acomodar, se não usar a sala dos banquetes.

Ao expor a questão no ofício, Lúcia Marques de Sá explicou que o assunto havia sido debatido com o ex diretor da Loja, Odulpho Santos Brito, que estava “de pleno acordo para que não viesse a Everaldo Bacelar sofrer solução de continuidade, na eficiência de seu ensino e desmerecer do convênio com o governo do Estado”.⁷³ Essa informação aparece na correspondência dando a entender que a necessidade por mais salas não foi exceção desse dia,

⁷² ACERVO DA ESCOLA EVERALDO BACELAR, Ofícios 1970-1972. 4 de fevereiro de 1971.

⁷³ Idem.

mas um fato já experienciado e que parece ter contado com apoio da Loja anteriormente, afinal era responsabilidade da Loja garantir o espaço para funcionamento da escola.

Argumentando em favor da continuidade do uso da sala dos banquetes, Lúcia Marques de Sá, em outra passagem da correspondência, qualificou o uso da referida sala pelos membros da Loja Maçônica como “pouco frequente”, sustentando que poderia, dessa forma, ser usada pela escola sem atrapalhar as atividades da Loja. A situação já havia sido levada ao conhecimento dos maçons e segundo a diretora, apenas uma minoria não concordou que ali funcionasse uma sala de aula.⁷⁴

Além de expor a situação do uso da sala dos Banquetes, no documento a diretora lamenta que "a ideia não foi bem recebida por parte de uma pequena minoria", e, escrevendo com sua característica articulação persuasiva, insiste, dizendo que o grupo que se opôs iria pensar bem e "ver que seria deshumano, no momento que corre, em que todos os setores de atividades do Estado se desenvolvem e progridem, desalojar tanta criança, sendo, ao mesmo tempo, uma negativa do próprio título da Instituição: DEUS, JUSTIÇA E FRATERNIDADE".⁷⁵

A argumentação da gestora reforçava a necessidade da escola, ao ressaltar que se tratava do ensino de crianças dependentes da instituição e da colaboração de apoiadores como os maçons. Vemos que apelou para os valores da maçonaria expressos no nome da loja “Deus, Justiça e Fraternidade” apontando a incoerência do comportamento e decisão dos membros da maçonaria com tal lema, e recorrendo à importância da educação como motivo para contornar a resistência em torno do problema.

Percebemos nesse ofício que a direção da escola sob os cuidados de Lúcia Marques de Sá de fato não mediu esforços para defender seu compromisso com a educação na escola e estabelecer comunicação com a Loja Maçônica. Consideramos que seu lugar de proximidade com a maçonaria por ter sido filha de um maçom operante na Loja em Itaberaba, lhe conferia propriedade e segurança para exprimir suas ideias e levar as demandas necessárias ao conhecimento da entidade, mesmo quando isso exigia desafiar as opiniões internas.

Pouco mais de um mês depois, a Loja leu o documento enviado pela diretora em sessão e enviou-lhe a resposta, dizendo que a decisão sobre o funcionamento da sala na Loja foi negativa, pois aquele lugar era privativo, e que “esta Augusta e respeitável Loja, com todos os seus membros julgaram contra o funcionamento da referida Escola, sem abrir precedentes de maneira alguma.”⁷⁶ Assim que recebeu, Lúcia Marques de Sá enviou novo ofício, em 6 de

⁷⁴ Ibidem.

⁷⁵ ACERVO DA ESCOLA EVERALDO BACELAR, Ofícios 1970-1972. 4 de fevereiro de 1971.

⁷⁶ ACERVO DA ESCOLA EVERALDO BACELAR, Ofícios 1970-1972. 5 de março de 1971.

março. Apesar de perceber que a posição da Loja estava irredutível quanto ao uso da sala, a diretora não desistiu e alegou que não compreendia a decisão:

[...] Sendo este Salão um ambiente restrito, destinado, exclusivamente aos Banquetes da Maçonaria, não concebo porque o ex Venerável fez funcionar neste recinto a biblioteca da Escola, bem como a Diretoria, durante todo o mês indo; Os maçons aquiesceram à ideia, porquanto tive a oportunidade de ver e ouvir os aplausos da grande maioria, quando da sua visita a esta Biblioteca numa 5ª feira [...] Poderia citar os nomes de quase todos não somente dos nossos conterrâneos, mas também das cidades circunvizinhas. Afianço-lhe que, alguns que talvez sejam contrários hoje, foram adeptos ontem. E o grupo foi bem numeroso... Lastimo que um homem experimentado e de gabarito como é, inegavelmente, Odulpho dos Santos Brito, tenha incorrido em tão grande falta; e reprovo mais ainda a atitude dos seus correligionários que não tiveram a coragem precisa de contrariá-lo, pois que tudo isso gerou uma atitude pouco condizente com os princípios maçônicos, deixando ao leão da sorte sessenta e nove crianças. (ACERVO DA ESCOLA EVERALDO BACELAR, Ofícios 1971-1972)

Novamente apontando uma contradição na decisão dos integrantes da maçonaria questiona o porquê de se manter na sala dos banquetes a biblioteca da escola, se não gostariam que o lugar funcionasse a serviço dela. Voltando a mencionar Brito, ela lastimou sua atitude e recorreu aos princípios maçônicos, com os quais, considerava, os maçons estavam sendo incoerentes. A troca de ofícios foi repleta de ousadia, especialmente da parte da determinada direção da E.E.B, nitidamente nada intimidada pela maçonaria.

Não se conformando com o veredito anunciado pelo venerável, Lúcia Marques de Sá finalizou seu texto explicando que as duas professoras responsáveis pelas classes que estavam ocupando a sala, Aparecida Maria Ribeiro Dias e Mary Conceição Rios Guimarães foram designadas para a escola em 1969 e suas turmas possuíam 34 e 35 alunos respectivamente. Assim, o total de crianças que dependiam da sala era de 69. A diretora lembrou que “não é possível a mim, simples Diretora, e nem a sra Delegada Escolar desfazermos dos Atos oficiados pelo Sr. Secretário de Educação”, portanto, cabia ao secretário e a Loja resolver a situação.⁷⁷

Em mais um ofício à Escola, como retorno, no dia 14 de março, o venerável, Donald Amorim, “Ciente das explanações "bem legíveis e bem claras" da gestora, reiterou que não seria permitido o funcionamento de aulas naquela sala de banquetes, e que o caso foi discutido pelos maçons coletivamente, com decisão unânime por esse veredito. Vendo que, para Lúcia Marques de Sá, a oposição vinha de alguns maçons e não da totalidade, algo expressado naquele primeiro documento, o diretor da Loja elucidou: “A senhorita sabe bastante, que esta Loja não é dirigida

⁷⁷ ACERVO DA ESCOLA EVERALDO BACELAR, Ofícios 1970-1972. 6 de março de 1971.

somente por minha pessoa, para isto é que nos reunimos sempre, para tomarmos as atitudes necessárias como nos casos desta natureza.”⁷⁸

No documento, o venerável deixa nítido que a resolução partiu de todos os maçons e que desejavam a retirada da classe daquele espaço, que seguia sendo utilizado pela escola ainda que a Loja não concordasse, de modo que não se criasse uma "situação embaraçosa", conforme escreveu Donald Amorim. A discussão encerrou-se, mas apenas por aquele ano.⁷⁹ Em abril de 1972, a diretora da E.E.B escreveu à maçonaria, no entanto, dessa vez ela dirigiu-se ao Venerável da Loja Maçônica de Salvador.

Lúcia Marques de Sá dirigiu-se ao Grão Mestre Osvaldo Biscáia, presidente da Grande Loja Maçônica do Estado da Bahia, em 30 de abril de 1972, explicando a situação precária que, segundo ela, a escola Everaldo Bacelar estava enfrentando. Escrever diretamente ao Grão Mestre não foi objeto de desconforto para a diretora, que descreveu estar:

perfeitamente a vontade [...] por dois motivos: 1º- por ser sua subalterna, porquanto dirijo uma escola da Maçonaria de cuja Instituição é o Grão Mestre; 2º- Porque, apesar de curtos os minutos em que nos avistamos pela primeira vez aí na Grande Loja, inspirou-me respeito e confiança. (ARQUIVO DA ESCOLA EVERALDO BACELAR, Ofícios década de 1970, 30 de abril de 1972)

Biscaia não era uma autoridade distante para Lúcia Marques de Sá, havia sido apresentado a ela anteriormente, quando esteve na Grande Loja em Salvador. No encontro, a diretora teve a oportunidade de comunicar as questões da escola que dirigia, como exposto no documento. Continuando o texto, a diretora comunica seu desejo de que o Grão Mestre fosse visitar a Loja em Itaberaba, pois assim ele poderia visualizar o problema e:

trocar idéia a respeito da melhor maneira de resolvê-lo. Conforme conversei quando da minha ida a Grande Loja, a situação da escola é precaríssima, piorando de dia para dia. As carteiras estão tôdas quebradas, dificultando a acomodação das crianças, que se aglomeram aos grupos de três em cada carteira, sentando-se umas no chão e outros ficando de pé. Com um número reduzido de alunos não haveria problema, porém temos matriculados e frequentando-295 excluindo o turno da noite. (ARQUIVO DA ESCOLA EVERALDO BACELAR, Ofícios década de 1970, 30 de abril de 1972)

A gravidade da situação é detalhada na correspondência. Diante do alto número de alunos, as salas estavam lotadas, e pior, sem condições de manter os estudantes sentados, pois não havia lugar. Como aponta, as carteiras existentes estavam quebradas e as crianças tinham que dividir

⁷⁸ ACERVO DA ESCOLA EVERALDO BACELAR, Ofícios 1970-1972. 14 de março de 1971.

⁷⁹ Não encontramos outros registros de correspondência com a Loja maçônica referente questão entre o acervo da Escola.

o móvel, quando não acabavam sentando no chão ou assistindo aula de pé. Certamente, o problema gerava sérios desafios para as professoras, afinal, eram atravessamentos que podiam gerar dispersão ou inquietação nos estudantes, prejudicando sua atenção à aula.

A denúncia direcionada ao Grão Mestre revela a tentativa de Lúcia Marques de Sá em conseguir solução junto a jurisdição mais alta da Maçonaria no estado. Como visto em suas correspondências com os maçons em Itaberaba, a Loja Maçônica local não foi capaz de financiar as necessidades mais volumosas da escola como alugar uma sala de aula, demanda expressa no primeiro conflito que analisamos, ou nesse caso adquirir novos mobiliários. O Poder Público ajudava como podia, uma vez que a diretora solicitasse, entretanto, conforme o convênio com a maçonaria, era responsabilidade da Loja prover o prédio e mobiliário da escola.⁸⁰

O argumento da dificuldade financeira defendida pela Loja reaparece no próximo trecho do ofício para Osvaldo Biscaia, em que a diretora afirma: “A situação é aflitiva porquanto apelamos para a Loja e a resposta é sempre a mesma: "não receberam verba o ano passado e não têm condições de fazer nada"[...]”. Por ser uma entidade privada, normalmente autofinanciada, não fica claro qual seria a natureza das verbas as quais o Venerável se referia. Ainda assim, as despesas com a escola não eram grandiosas, pois a diretora afirma que:

Em 1971, diga-se de passagem, a despesa que a Escola lhe deu foi, apenas, de **um vidro de Pinho Sol e nada mais**; o açúcar e o querosene que recebíamos para complementar a merenda que o MEC envia para os escolares (o que tanto benefício lhes faz) também não nos puderam dar. Fui a professora fundadora da Escola e em 14 anos de serviços prestado a esta casa nunca vi situação igual a que estamos atravessando. (ARQUIVO DA ESCOLA EVERALDO BACELAR, Ofícios década de 1970, 30 de abril de 1972, grifo nosso)

É notável a preocupação da diretora que anuncia logo depois a iminência das professoras em formação que viriam da Escola Normal para estagiar na Everaldo Bacelar encontrarem aquele quadro precário. Porém, como esclareceu a gestora “nossa Escola, apesar de modesta, não nos envergonha diante das demais, pois que o professorado é eficiente, interessado e cumpridor dos seus deveres, prestando a mesma, grande benefício a comunidade.”⁸¹ A crise que a escola estava passando não tinha precedentes, sofria o efeito de mudanças internas e externas, resultado de tensões na relação com a Loja Maçônica.

Compartilhar o espaço da Loja Maçônica, especialmente quando o número de estudantes cresceu, tornou-se complexo para ambos: tanto a escola precisava de estrutura

⁸⁰ Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP), 2024.

⁸¹ ARQUIVO DA ESCOLA EVERALDO BACELAR, Ofícios década de 1970, 30 de abril de 1972.

adequada para acomodar suas atividades, quanto os maçons, cujas reuniões e práticas exigiam privacidade. O ofício de abril é extenso, demarcando a cena de urgência do período com a qual Lúcia Marques de Sá não poderia lidar sozinha, e ao que parece, nem mesmo a Loja estava apta ou mesmo empenhada a prestar o apoio que a situação exigia. Continuando seu apelo, a diretora resgatou o histórico da escola para reafirmar as limitações estruturais que passava.

Descreveu as condições do prédio ressaltando que era uma instalação antiga, onde as salas ficavam em planos diferentes, oferecendo risco para as crianças “que sobem e descem as escadas, dependurando-se às janelas, burlando a vigilância das professoras”. A dinâmica da escola mudou conforme o número de alunos cresceu, destacou a diretora: “foi instalada, de início, uma classe, e atualmente existem – oito somente no diurno.” Também não havia banheiros suficientes na escola (um apenas, compartilhado entre professores e alunos) e nem salas para funcionamento da Biblioteca e da Diretoria, que ficava no próprio corredor de entrada.⁸²

Com a ampliação do alunado da E.E.B, o projeto maçônico para a escola começava a rachar, precisando de melhorias. A escola começou pequena, com uma turma, mas logo tomou maiores proporções, pois havia demanda na cidade pelo ensino ofertado, e apesar das condições estruturais de muitas escolas na época não serem ideais, como vimos no primeiro capítulo, os estabelecimentos recebiam os alunos para fazer o esforço de contribuir com sua educação dentro do possível. Diferente da realidade atual, quando a E.E.B funciona em um prédio anexo à maçonaria, até meados da década de 90, estava alocada no próprio prédio da Loja maçônica.⁸³

A diretora também informou no ofício para Osvaldo Biscaia que, na falta de local para recreação, as crianças eram deslocadas para a rua, curiosamente um comportamento presente até hoje na rotina da E.E.B e que se revelou bastante antigo na história da escola pela fala da diretora. Outrossim, chamou atenção para a inexistência de espaços fundamentais na educação escolar, entre os quais a Biblioteca e a Diretoria. Há controvérsia em torno dessa questão, pois nos relatos de 1971, quando das trocas de correspondência em função da Sala de Banquetes, a gestora disse:

[...] Sendo este Salão um ambiente restrito, destinado, exclusivamente aos Banquetes da Maçonaria, não concebo porque o ex venerável fez funcionar neste recinto a **biblioteca da Escola**, bem como a **Diretoria**, durante todo o mês indo; (ACERVO DA ESCOLA EVERALDO BACELAR, Ofícios 1971-1972, grifo nosso)

⁸² ACERVO DA ESCOLA EVERALDO BACELAR, Ofícios 1971-1972, 30 de abril de 1972.

⁸³ Essa informação nos foi fornecida em conversa com um membro da Loja Maçônica de Itaberaba.

Constatamos que após os conflitos pelo uso da Sala de Banquetes, reclamada pela Loja, não apenas a sala de aula foi removida do local, como também a biblioteca e a diretoria, mesmo que não houvesse outro lugar onde estabelecer esses ambientes. O desentendimento deve ter gerado animosidade entre a Loja e a Escola pelo resto do ano, culminando na correspondência para Osvaldo Biscaia, que por ocupar uma hierarquia mais alta da maçonaria, poderia intervir, ou assim a direção da E.E.B esperava, quando enviou o ofício.

Tivemos a oportunidade de conhecer o espaço da Loja maçônica de Itaberaba, contudo, hoje em dia a estrutura está diferente do que costumava ser, devido a reformas. Conforme a Figura 5, o espaço mais amplo da Loja atualmente é o salão nobre, utilizado especialmente para eventos, mas antes da reconfiguração do local, possuía as salas onde funcionou a E.E.B. É possível ver na imagem que há um corrimão de escadas no final do salão, o qual leva a uma sala no andar de cima, e também algumas mesas, cadeiras e castiçais, pois no dia de nossa visita, a Loja estava ainda no processo de reforma e organização interna.

Figura 5- Salão nobre- Loja Maçônica Deus, Justiça e Fraternidade.



Fonte: Foto da autora, Itaberaba, 2025.

O acesso ao salão passa pelo corredor de entrada, possivelmente ao qual a diretora da E.E.B se referia como sendo local de funcionamento da Diretoria da escola (Figura 6) depois que esta foi removida da Sala dos Banquetes. É difícil imaginar um ambiente administrativo instalado naquele estreito perímetro da Loja, o que reforça a complexidade do cotidiano escolar

que Lúcia Marques de Sá relatou na correspondência ao Grão Mestre. A escadaria que aparece na imagem leva para o andar de cima, onde antes funcionaram salas de aula e que hoje está vedado à visitação pública. Na grade acima do batente superior, está o símbolo maçônico do esquadro com um compasso.⁸⁴

Figura 6: Corredor de entrada-Loja Maçônica Deus, Justiça e Fraternidade.



Fonte: Foto da autora, Itaberaba, 2025.

Diante das dificuldades estruturais da E.E.B, o documento para o Grão Mestre contém um trecho em que a diretora expressa o projeto de educação que vislumbrava para a escola:

Dr. Biscáia, como um pouco de sonho não faz mal a ninguém, eu vivo a pensar como poderíamos construir um Prédio para a nossa Escola; e sonho em vê-lo realizado e funcionando dentro das regras pedagógicas do ensino moderno. Não idealizo coisa luxuosa, em absoluto, mas de arquitetura singela, com acomodação suficiente. Acredito que pudesse ser feito um convênio entre a Maçonaria e a Sudene ou a Usaid para tal fim, e, nós professoras ajudaríamos em campanhas e no que nos fôsse possível, pois disposição não nos falta. Eu gostaria de trocar idéias com V. Sa. a respeito disso, o que não faço com os nossos maçons porque os mesmos são pessimistas ou comodistas e acham-me talvez uma visionária, destruindo um sonho viável a meu ver. (ARQUIVO DA ESCOLA EVERALDO BACELAR, Oficinas década de 1970. 30 de abril de 1972.)

⁸⁴ O esquadro e o compasso fazem parte da simbologia maçônica e estão ligados aos construtores do período medieval, enquanto instrumentos utilizados pelos pedreiros. Representam a ideia de autoaperfeiçoamento, construção de si mesmo, de seu caráter, e do próprio mundo. (EGITO, 2011)

As aspirações da diretora eram coerentes com seu perfil engajado, refletido no comprometimento com a educação. Esses anseios surgiam da sua inconformidade com as carências que marcavam a escola. O tom do documento evidencia que a direção da escola estava buscando apoio para firmar uma colaboração. Não se tratava de exigências, Lúcia Marques de Sá sugeria resoluções e se mostrava receptiva para se mobilizar em prol de melhorias. Chegou a falar em campanhas para firmar parcerias que auxiliassem a escola e a maçonaria, declarando que ajudaria junto com as professoras.

Ciente da organização educacional no período, a diretora levantou a possibilidade de acionar a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) ou a USAID, propondo um convênio com esses órgãos. A USAID era uma empresa estadunidense que realizava projetos de financiamento educacional durante a ditadura militar e já havia contribuído com verbas destinadas a educação em Itaberaba, como discutimos no capítulo I. Quanto a SUDENE, era um órgão originado em 1959 para buscar ações de desenvolvimento da região nordeste, mas que sofreu interferências do regime militar a partir de 1964, que reduziram sua autonomia no apoio e financiamento de projetos.⁸⁵

Com a mudança, Colombo (2013) aponta que a SUDENE passou a atuar coordenando e distribuindo recursos federais para os projetos do governo militar. No campo da educação, sua função instrumental seguiu a mesma lógica, executando planos da política educacional, em geral, tecnicista. Tratava-se de programas que estavam sob influência dos governos da ditadura, mas que Lúcia Marques de Sá aparentemente atribuía crédito diante dos problemas estruturais que a E.E.B enfrentava pela falta de recursos.

Ao se dirigir ao Grão Mestre, fica evidente que a diretora o via como alguém mais disposto a auxiliar, e capaz de entender a causa educacional pela qual estava reivindicando. O diálogo com a Loja maçônica local se mostrava infrutífero para solucionar as demandas da E.E.B e o apelo a outra instância da maçonaria se mostrava uma possível solução. Finalizando o documento, de maneira ousada, a diretora da E.E.B confrontou mais uma vez questões da própria ordem maçônica:

Contra nós existe uma espécie de Tabu: a riqueza da Maçonaria; qualquer coisa que pedimos, alegam este motivo. A Loja é rica e tem condições de ter o melhor prédio da cidade e, no entanto o povo coopera com boa vontade, pois agora mesmo duas colegas acabaram de construir um prédio escolar que se achava em início. Poderíamos nós todos- maçons e professoras seguir este exemplo, pois acredito que, para vencermos

⁸⁵ Sobre o papel da SUDENE durante a Ditadura Militar, ver: COLOMBO, Luciléia. A Sudene e a mudança institucional no regime militar. Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 8, n. 13, p. 153-175, jul.-dez. 2013. Disponível em: <https://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/cdes/article/view/142/143>. Acesso em: 3 nov. 2025.

na vida duas coisas são importantíssimas: a coragem e a perseverança. (ARQUIVO DA ESCOLA EVERALDO BACELAR, Ofícios década de 1970. 30 de abril de 1972.)

Quando recorria aos maçons para pedir auxílio nas demandas estruturais da escola, a diretora Lúcia Marques de Sá não conseguia o apoio necessário da Loja, sob a justificativa dos de que faltavam de recursos. Para ela, esse era um motivo controverso, pois “a Loja é rica” e manter uma unidade escolar não parecia tarefa tão custosa, uma vez que na época, duas professoras conseguiram realizar a construção de uma escola, mas a Loja maçônica alegava dificuldades financeiras. Lúcia Marques de Sá não detalha o tipo de escola, se seria pública ou particular, apenas diz ter sido fundada pelas professoras e reforça o caso enquanto exemplo de que o esforço coletivo era a chave para fazer melhorias na educação.

Em relação à escola mencionada, que teria sido construída com o empenho de professoras, Lúcia Marques de Sá indica que se tratava de um exemplo a ser seguido, e para que desse certo, dependia da união entre maçons e professoras “pois acredito que, para vencermos na vida duas coisas são importantíssimas: a coragem e a perseverança”. Encerra o documento com esta frase, em busca de incentivar alguma atitude por parte do Grão Mestre, e diz ter tentado contatar Everaldo Bacelar, mas por não ter o endereço do patrono da escola, não o fez.

A longa correspondência foi acompanhada de relatório elaborado por Lúcia Marques de Sá, contendo informações detalhadas sobre a Escola Everaldo Bacelar. Constam nesse documento a lista dos materiais necessários, informações como número de professoras, quantidade de alunos, condições materiais e estruturais e indícios a transição de poderes na Loja que teria afetado a escola. No tópico a seguir dedicaremos maior atenção para tal relatório.

3.1 “as necessidades são muitas”: o relatório da E.E.B para o Grão Mestre da loja maçônica

As tensões entre a E.E.B e a Loja Maçônica referiam-se especialmente ao funcionamento da escola no espaço da maçonaria. A falta de estrutura adequada salientada por Lúcia Marques de Sá após o desentendimento pelo uso da sala dos banquetes, foi objeto de conflitos que não culminaram em resolução para a Escola. Os problemas persistiram ao ponto de a direção precisar buscar apoio na Grande Loja em Salvador. No relatório enviado para o Grão Mestre Osvaldo Biscaia, as primeiras informações relembram o convênio com a Loja

Maçônica, destacando as obrigações que possuía com a escola: "dar o prédio, o mobiliário escolar e tudo que se refere ao andamento da mesma." ⁸⁶

A escola, em 1972, contava com 8 classes do 1º ao 5º ano, distribuídas entre as turmas da seguinte forma: duas turmas de 1º ano com 71 alunos, duas turmas de 2º ano com 69 alunos, duas turmas do 3º ano com 68 alunos e uma turma do 4º e 5º ano com, respectivamente, 37 e 31 alunos. O total de estudantes somava em 276 e a escola funcionava nos três turnos. Conforme o relatório, existiam 11 professoras, além da diretora, das quais 9 eram regentes, 1 assistente e 1 auxiliar de classe. Também havia uma zeladora atuando na E.E.B e mantida pela Loja.

A questão financeira da Loja voltou a ser assunto quando diretora apontou a insatisfação da zeladora que trabalhava na escola e era remunerada depois do prazo estabelecido. No documento, a diretora insere que o valor pago à funcionária era de 60 cruzeiros mensais para trabalhar nos dois turnos. É válido lembrar que nos termos do convênio, não era obrigação dos maçons fornecer zeladora para a escola, mas, possivelmente por também usufruírem do espaço para as atividades internas da Loja, estavam dispostos a sustentar a despesa com a colaboradora.

Após introduzir o relatório com as informações gerais da escola, a diretora dispõe o inventário, explicitando as dificuldades materiais da E.E.B, cujo prédio, dizia, estava “regular, sem ter, contudo, os requisitos necessários para um bom funcionamento”. Entre os dados, consta a procedência de cada item utilizado pela escola, indicando como a Loja e outros órgãos colaboravam no fornecimento dos recursos da instituição. Para melhor análise, organizamos a lista de Lúcia Marques de Sá na tabela abaixo:

Tabela 4-Inventário de mobiliário e objetos pertencentes à escola (1972)

Item	Quantidade	Observações / Origem
Bureau para professoras	3	1 da Associação Rural, 1 do Gabinete Dentário
Mesas	5	Pertencentes à Associação Maria Quitéria
Cadeiras	4	—
Carteiras	60	Quase todas quebradas
Armários	4	2 doados pela Secretaria de Educação
Estantes	2	Secretaria de Educação
Livros	500	Doação da COLTEDE
Fogão a querosene	1	Loja Maçônica
Balde	1	Loja Maçônica
Bacia de zinco	1	Loja Maçônica
Chaleiras para merenda	4	1 da Secretaria de Educação, 3 da Loja Maçônica
Panelas	2	Secretaria de Educação
Copo medida	1	Secretaria de Educação
Vasilhames para gêneros	2	Secretaria de Educação
Filtro	1	Loja Maçônica
Bule esmaltado	1	Loja Maçônica

⁸⁶ ARQUIVO DA ESCOLA, Ofícios década de 1970. 30 de abril de 1972.

Tabela 4- Inventário de mobiliário e objetos pertencentes à escola (1972)
(continuação)

Xícaras para cafézinho	12	Loja Maçônica
Quadros de giz	5	Loja Maçônica

Fonte: ARQUIVO DA ESCOLA EVERALDO BACELAR, Ofícios década de 1970. 30 de abril de 1972.

Notamos que a rede de apoio para funcionamento da escola estava baseada principalmente na Secretaria de Educação e na Loja Maçônica. A Loja contribuiu com os materiais da escola, dando-lhe as peças fundamentais para a cozinha, como o fogão, panelas ou xícaras, e inclusive todos os quadros de giz que as classes da E.E.B utilizavam. Esses materiais, afirmou Lúcia Marques de Sá no relatório, foram doados pela Loja ainda durante a gestão de Odulpho Santos Brito na década de 1960. Conforme o apoio foi se tornando cada vez menor, chegou ao ponto de doarem apenas um vidro de Pinho Sol, como foi dito.

A direção da escola e a instituição apoiadora (Loja Maçônica de Itaberaba) tentavam fazer o que podiam para prestar os serviços educacionais no município. Imaginamos que o suporte de rede entre a Grande Loja e a Loja Deus, Justiça e Fraternidade poderia ser de grande ajuda para o fortalecimento do convênio, visto que o problema da falta de recursos financeiros era alegado pela Loja local. No relatório, os materiais necessários ilustram a carência da escola para realizar suas tarefas cotidianas como datilografar documentos, organizar arquivos, etc.

As necessidades, afirmou a diretora, “são muitas, porém não anotei-as para serem atendidas todas, que talvez seja impossível mas as que houver possibilidade no momento.” Entre os materiais indicados colocou: máquina de escrever; grampeador; furador; mimeógrafo; relógio; bandeira nacional; estêncil; papel de estêncil; percevejos; grampos para grampeador; giz; classificadores; assinatura de Diário Oficial; livro de Ponto; livro de ata; livro caixa.⁸⁷

A diretora não alongou a enumeração dos itens, mas como vimos na Tabela 3, alguns materiais presentes na escola estavam em mau estado, como era o caso das cadeiras (todas quebradas), assim como outros pertenciam a terceiros e poderiam vir a ser solicitados. Dessa forma, embora a lista de materiais não fosse volumosa, não quer dizer que as demandas da escola não fossem grandes. Alguns objetos pedidos eram simples, de uso constante, talvez de baixo custo, como giz ou percevejos, demonstrando a dificuldade da Loja em suprir mesmo pequenas coisas.

Entendemos pelos relatos de Lúcia Marques de Sá que a barreira na relação entre escola e Loja Maçônica quando a direção precisava de recursos materiais, era justificada pelos maçons

⁸⁷ ARQUIVO DA ESCOLA EVERALDO BACELAR, Ofícios década de 1970. 30 de abril de 1972.

como falta de condições financeiras. Mas para a gestora, esse motivo parecia controverso, como afirmou ao dizer que “a Loja é rica e tem condições de ter o melhor prédio da cidade”.⁸⁸ A fala da diretora nos evoca o artigo de Arriada e Tambara (2018), no qual os autores afirmam ser a situação financeira da maçonaria um aspecto sólido da instituição.

É notório que a maçonaria foi historicamente constituída por “membros dos estratos mais elevados da sociedade tanto no aspecto acadêmico como no financeiro” (Arriada, Tambara, 2018, P.458), por isso quando os autores apontam as dificuldades encaradas pelos maçons na fundação de escolas, questionam o porquê de ser o problema econômico um dos obstáculos mais pungentes, se os adeptos da maçonaria, em geral, faziam parte de classes sociais mais favorecidas. De todo modo, percebe-se que em Itaberaba, a experiência educacional com a maçonaria também lidou com entraves relacionados ao custo da manutenção de um estabelecimento de ensino.

Finalizando o relatório para o Grão Mestre, Lúcia Marques de Sá sustentou que a fase de precariedade da escola naquele momento não foi sempre a realidade, pois em gestões passadas, a postura da Loja era diferente. Nesse sentido, enalteceu o papel de antigos Veneráveis, a saber: Júlio Correia Araujo, Venerável no momento da fundação da escola, em 1958, Odulpho Santos Brito, que foi também vereador do município e Antônio Pimentel de Sá, pai da gestora. Nas palavras dela, esses maçons foram responsáveis pelos “tempos áureos” da Escola Everaldo Bacelar.⁸⁹

Ao recuperar a atuação daqueles homens, a diretora relata que a Loja Maçônica era mais ativa na vida escolar da E.E.B. Para ela, mencionar este fato era “justo” pela gratidão que tinha aos maçons citados, evidenciando que a narrativa dos conflitos com a Loja naquele momento era uma exceção, devido à ausência de indivíduos que foram mais atentos ao compromisso com a escola no passado. Esses “velhos e jovens” como escreveu no relatório, “reunidos pelo mesmo ideal, formavam seu baluarte”.⁹⁰

Pelas colocações da diretora, vê-se que comportamentos comuns à outras Lojas que fundaram escolas no Brasil, identificadas na leitura da historiografia, como a manutenção de materiais dos alunos e proximidade dos maçons com os estudantes chegaram a ser encontrados no caso de Itaberaba. Para frisar as diferenças entre o momento em que vivia a escola nos anos 1970 de tempos anteriores, a diretora destaca a relação das gestões anteriores da Loja com a escola, dizendo que:

⁸⁸ Idem

⁸⁹ Ibidem

Professores e alunos sentiam-se seguros; as crianças eram incentivadas por eles, as quais interessavam-se pelo seu progresso nos estudos, dando-lhes prêmios. Visitávamos, constantemente. A criança comprovadamente pobre recebia auxílio da Loja, que lhe dava farda, livros etc. (ARQUIVO DA ESCOLA EVERALDO BACELAR, Ofícios década de 1970. 30 de abril de 1972.)

Com a saída daqueles maçons, a relação com a Loja ficou fragilizada, como Lúcia Marques de Sá afirmou: “daí para cá não mais tivemos nada e tudo ficou diferente para todos, até no tratamento e nas dispensas.” Por outro lado, a direção da Loja na época estava sob responsabilidade de Evaldo Pires Sampaio, o qual não recebeu críticas da diretora, foi exaltado por ter melhorado a escola com obras como a instalação de piso de ladrilhos e água encanada.⁹¹

Não se sabe se o apelo de Lúcia Marques para a Grande Loja de Salvador chegou a ser respondido, pois não encontramos no arquivo da escola correspondência do Grão Mestre como retorno àquele ofício de abril de 1972. Comunicar o cenário crítico da E.E.B para o líder maçom foi um ato de ousadia da diretora, mas não parece ter afetado a dinâmica com a Loja em Itaberaba, e o silêncio da Loja estadual não foi motivo para deixar de reivindicar junto aos maçons locais.

No mês de maio, dirigindo-se a Evaldo Pires Sampaio, a direção da escola voltou a abordar o tema da precariedade material da E.E.B, em especial pela falta de cadeiras que estavam:

todas em estado precaríssimo de conservação, dificultando assim a acomodação dos nossos alunos. Acredito que a situação não possa ser sustentada por muito tempo. Por outro lado, esperamos os alunos do Ginásio local para o estágio, os quais nos prestigiam com a escolha da nossa Escola e não temos condições de recebê-las condignamente como de costume. Comunico-lhe também, que a Escola utiliza seis(6) mesas da Associação Maria Quitéria acompanhadas, cada uma de quatro(4) cadeiras, perfazendo portanto um total de vinte e quatro(24), as quais desapareceram das salas de aula sem que tenhamos conhecimento do rumo que tomaram. Na situação em que nos encontramos, estão nos fazendo grande falta. Para preencher esta lacuna, emprestei a Everaldo algumas carteiras e cadeiras da Ramiro Pimentel, escolinha de minha propriedade. Quanto ao material de consumo não estamos tão mal, pois que a Secretaria de Educação enviou-nos: giz, lápis, borrachas, papel de ofício, papel almaço, cadernos e outros objetos. Sem mais, subscrevo-me atentamente. Lúcia Marques de Sá-Diretora. (ARQUIVO DA ESCOLA EVERALDO BACELAR, Ofícios da década de 1970. 29 de maio de 1972)

Não apenas as cadeiras da escola eram impróprias para o uso, como, curiosamente, 24 haviam sumido, relata a gestora, criando um problema que teve de ser sanado com improviso pela diretora. A preocupação com as estagiárias já havia sido reportada anteriormente e volta a

⁹¹ ARQUIVO DA ESCOLA EVERALDO BACELAR, Ofícios década de 1970. 30 de abril de 1972.

aparecer nesse ofício. Ademais, objetos que apareciam na lista enviada ao Grão Mestre, como o giz, foram providenciados pela Secretaria de Educação, e outros foram pedidos ao prefeito em outubro pela diretora.⁹²

A última correspondência trocada com a Loja Maçônica no ano de 1972, presente no acervo da escola, foi um ofício em que o Venerável, Lauro Magalhães Sampaio convida Lúcia Marques de Sá, em 14 de setembro para ir à Loja, com o intuito de ter um “entendimento entre diretora e professoras a respeito de assunto de interesse comum, pertinente ao funcionamento da mesma”.⁹³ Como não houve retorno, não podemos constatar se o encontro tratou da situação relatada pela direção ao Grão Mestre ou se foi uma ocorrência ordinária. Mas é possível supor que essa reunião seja fruto das pressões e apelos em relação às necessidades da escola.

A diretora voltou a remeter relatório à maçonaria em 1975, dessa vez para os maçons da loja em Itaberaba. Embora não explique a finalidade, nele descreveu informações sobre a escola da mesma forma que no de 1972, e salientou as problemáticas estruturais da escola para seu funcionamento- estrutura inadequada e mobiliário danificado. Possivelmente elaborado para fechamento do ano, pois seu envio se deu em novembro, mas não é possível afirmar. Em anexo, a diretora incluiu dados de matrícula do período 1959 até 1975, sistematizados na tabela abaixo:

Tabela 5- Alunos matriculados na E.E.B (1959-1975)

Ano	Alunos	Classes	Professores	Turnos
1959	38	1	1	1
1960	65	2	2	1
1961	68	2	2	1
1962	70	2	2	1
1963	98	3	3	1
1964	99	3	3	1
1965	180	5	5	2
1966	192	5	5	3
1967	312	9	9	3
1968	322	10	10	3
1969	147	5	5	2
1970	210	6	6	2
1971	247	8	8	2
1972	292	8	8	2
1973	301	9	9	3
1974	313	9	9	3
1975	266	8	8	2

Fonte: relatório à Loja Maçônica, 1975. Acervo da Loja Deus, Justiça e Fraternidade.

⁹² ARQUIVO DA ESCOLA EVERALDO BACELAR, Ofícios da década de 1970. 29 de maio de 1972

⁹³ Idem.

A tabela sinaliza um ritmo de crescimento constante nos primeiros 10 anos da Everaldo Bacelar, chegando a alcançar 322 alunos e 10 classes em 1968, mas no ano seguinte há um grande declínio no total de alunos, passando para 147, e de salas, que diminuiu pela metade. A queda pode ser resultado da perda de um dos turnos de funcionamento, eram 3 em 1968 e passa a ser 2 em 1969. Na década de 1970, o número de alunos volta a crescer e enfrenta redução em 1975, quando o número de matriculados de 313, cai para 266.

Como foi dito, nossa análise para os anos 60 ficou comprometida pelo pouco material que achamos referente ao período no acervo da escola, o qual poderia explicar a queda identificada na proporção de alunos. Contudo, vale lembrar que a diretora relatou nas correspondências analisadas que os anos de 1960 foram os “tempos áureos” da escola, especialmente pelo suporte conferido a esta pela Loja Maçônica na administração dos maçons fundadores da E.E.B.

A preocupação de Lúcia Marques de Sá com a estrutura e recursos da escola, expressa nas correspondências da década de 1970, condiz com o cenário de crescimento do alunado que é demonstrado pelos números para o período. Como se vê na tabela acima, a escola voltou a demonstrar aumento no alunado mesmo após o breve declínio do número de alunos para o ano de 69, demandado maior necessidade por estrutura e recursos adequados para seu funcionamento, com a qual a Loja não estava disposta a arcar.

Os conflitos que analisamos anteriormente estariam associados ao processo em que o dispendioso compromisso de manter um estabelecimento de ensino, em especial quando se liga fisicamente ao espaço da Loja, tornou-se difícil para a maçonaria em Itaberaba. Para a direção da E.E.B, a mudança de postura era questionável, uma vez que experimentou tempos mais prósperos junto a escola em seu vínculo com a maçonaria, conforme ressaltou no ofício para o Grão Mestre da Loja em Salvador, Osvaldo Biscaia.

A quantidade de alunos atendidos pela E.E.B apesar de seus limites materiais, demonstra que havia em Itaberaba uma forte demanda pela instrução primária, e que a Escola Everaldo Bacelar era bem aceita pela população, possuindo número considerável de alunos matriculados. O número crescente de alunos revela a importância da iniciativa da Maçonaria, em momentos em que nem o poder municipal e estadual conseguiam suprir as necessidades da comunidade. O apoio da Loja Maçônica na criação da escola contribuiu para a educação no município, mas a tarefa idealizada inicialmente não se manteve como um projeto da instituição pelas décadas que se seguiram, como vimos nos conflitos ocasionados a partir da década de 1970.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar a relação da educação pública com a Maçonaria em Itaberaba, através da Escola Everaldo Bacelar. Acompanhamos a trajetória da Escola, desde sua fundação em 1958 até meados da década 1970, articulando o contexto histórico da época com as transformações no cenário educacional brasileiro e observando como reverberaram no município.

Fruto de um convênio estadual com a Loja Maçônica Deus, Justiça e Fraternidade, a fundação da E.E.B representou o esforço da Maçonaria em auxiliar a educação em Itaberaba, em um período que havia forte demanda por instrução pública. O poder público não conseguia atender satisfatoriamente as necessidades da população no setor educacional, criando lacunas para a intervenção de instituições civis com recursos disponíveis e interesse em colaborar, como a Maçonaria.

Nesse sentido, a Loja Deus, Justiça e Fraternidade, surge enquanto agente social que passa a ocupar o espaço deixado pelo poder público em Itaberaba, fundando a escola Everaldo Bacelar em 1958. Sua ação reflete o longo histórico de compromisso da maçonaria com a ilustração e o autoaperfeiçoamento, presente nos princípios maçônicos e considerados fundamentais na transformação social, desde finais do século XIX.

Em um contexto de condições estruturais adversas na maioria das escolas em Itaberaba, a Loja disponibilizou o prédio onde desenvolvia suas atividades para funcionamento da E.E.B, disposta a compartilhar o ambiente com a escola. A iniciativa da Loja contribuiu para contornar as limitações da realidade educacional local e ampliar a oferta de ensino primário em Itaberaba. A escola foi rapidamente ganhando espaço na sociedade e crescendo seu alunado, com o apoio dos maçons fundadores, Julio Correia de Araujo e Odulpho Santos Brito, e empenho da primeira diretora, Lúcia Marques de Sá.

Porém, o compromisso inicial com a Escola Everaldo Bacelar foi enfraquecendo entre os maçons conforme a demanda escolar aumentou e após ocorrerem mudanças na direção da Loja Maçônica. Vimos, através das correspondências trocadas entre a diretora da escola e os Veneráveis, no início da década de 1970, que o projeto da E.E.B passou a ser incompatível com as prioridades dos maçons, que não prestavam mais o suporte necessário para as necessidades da escola.

Dividir o espaço da maçonaria com a escola tornou-se objeto de tensão entre os membros da Loja Maçônica e a direção da E.E.B. A Loja passou a negligenciar seu papel no provimento de materiais e até mesmo, na cessão de espaços necessários para o funcionamento

de salas, gerando estremecimentos na relação com a direção escolar. Como tentativa de resolver os conflitos para melhorar a situação da E.E.B, a diretora, Lúcia Marques de Sá, recorreu à Grande Loja do Estado da Bahia, mas percebemos na ausência de registros em resposta nos arquivos da escola, que não houve retorno da parte do Grão Mestre.

Dessa maneira, embora existisse uma hierarquia administrativa na Maçonaria, a falta de ação da Grande Loja evidencia a barreira no alcance dela às Lojas no interior, no sentido de intervir ou mediar posicionamentos. Ao mesmo tempo, também fica nítido que a iniciativa educacional em Itaberaba, apesar de não ser um evento isolado na história da Maçonaria, não era um projeto integrado, com linhas bem definidas e comuns entre as diferentes jurisdições. As iniciativas e compromissos dependiam do contexto, condições e ideais daqueles que compunham cada Loja e não se preservou ao longo das mudanças internas, no caso da instituição no município.

O comprometimento com a educação pública proveniente da iniciativa privada, nesse caso, da Loja Maçônica, não foi sólido o bastante para manter a escola em suas necessidades de maneira duradoura, visto que as mudanças internas ocorridas na Loja, acabaram influenciando a condição de funcionamento da Escola Everaldo Bacelar. No entanto, apesar das dificuldades encontradas, ressaltamos que o convênio firmado entre o Estado e a Loja Maçônica Deus, Justiça e Fraternidade, teve importância ao ampliar a educação primária no município itaberabense em um período onde o quadro da educação local era crítico.

A investigação mostrou que a relação entre educação e maçonaria no município se modificou com o tempo, mas surgiu em uma época de necessidade e ao longo dos anos contribuiu para oferecer o ensino primário gratuito a um considerável número de estudantes. A criação da E.E.B no fim da década de 1950, oportunizou o atendimento de centenas de crianças, e o vínculo com a Loja Maçônica permaneceu até o ano de 2004, quando houve a municipalização da escola, compondo assim, um longo tempo de contribuição para a educação em Itaberaba.

A criação da Escola Everaldo Bacelar deu origem a uma das mais antigas unidades escolares do município de Itaberaba e analisá-la permitiu conhecer a dinâmica educacional local, seus desafios e potenciais. O exemplo da E.E.B reforça que a responsabilidade com a educação pública deve ser do Estado, cabendo a ele prover condições favoráveis para um ensino de qualidade, pois a iniciativa particular, a longo prazo, não é capaz de sustentar tal obrigação.

FONTES HISTÓRICAS:**ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE ITABERABA:**

Acervo do Poder Executivo, Correspondências expedidas 1957-1960. 11 de abril de 1957.

Acervo do Poder Executivo, Correspondências recebidas 1952-1958, estante 39, caixa 1093.

Acervo do Poder Executivo, Correspondências recebidas 1952-1958, estante 39, caixa 1093.

Acervo do Poder Executivo, Correspondências expedidas 1957-1960. Estante 38, caixa 1075.
12 de abril de 1957.

Acervo do Poder Executivo, Correspondências expedidas 1957-1960. Estante 38, caixa 1075.
22 de abril de 1957.

ARQUIVO DA ESCOLA EVERALDO BACELAR:

Ofícios da década de 1970. 9 de agosto de 1967.

Ofícios década de 1970. Ato N° 01/67

Ofícios da década de 1970. 12 de dezembro de 1970.

Ofícios da década de 1970. 6 de dezembro de 197[...] (ano exato não identificado por conta da ilegibilidade do documento).

Ofícios 1970-1972. 4 de fevereiro de 1971.

Ofícios 1970-1972. 5 de março de 1971.

Ofícios 1970-1972. 6 de março de 1971.

Ofícios 1970-1972. 14 de março de 1971.

Correspondências Expedidas 1970-1980. 27 de outubro de 1971.

Ofícios década de 1970, 30 de abril de 1972.

Ofícios da década de 1970. 29 de maio de 1972

Ofícios da década de 1970. 29 de março de 1973.

Ofícios da década de 1970. 18 de julho de 1973.

Ofícios década de 1970. 5 de outubro de 1973

Correspondências expedidas, 29 de abril de 1974

Correspondências expedidas. 07 de janeiro de 1977.

Correspondências expedidas. 21 de fevereiro de 1980.

Ofícios década de 1970. Ofício n° 720/73 da CR-12.

Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP), 2024.

PERIÓDICOS (NHL/CEDOC UNEB-DEDC XIII):

O PARAGUAÇU, 103 ANOS DE ITABERABA. Edição especial, p.14.

O ITABERABA, 06 de janeiro de 1954, 4ª página.

O ITABERABA, 15 de abril de 1950, 2ª página.

O ITABERABA, 17 de abril de 1953, 2ª página.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITABERABA:

Arquivo 132, Atas 1956-1960

Arquivo 154, Projetos de lei anos diversos. 8 de fevereiro de 1965.

LEIS ESTADUAIS:

Lei nº 10.022, de 02 de abril de 1958

Lei orgânica do Ensino de 13 de setembro de 1967.

Diário Oficial do Estado, 16 de abril de 1958.

IBGE:

Anuário Estatístico do Brasil décadas de 1950.

Censo demográfico da Bahia 1950.

REFERÊNCIAS:

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos do Estado: nota sobre aparelhos ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ARRIADA, José; TAMBARA, Elomar. **Maçonaria e educação: poucos, mas bons**. História da Educação, Pelotas, v. 17, n. 41, p. 109-132, set./dez. 2013.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Uso e mau uso dos arquivos. In: **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.
- BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria século XIX: história e sociabilidades**, UCLA, 2013.
- BARBOSA, Elisiana Rodrigues Oliveira. **Diretoria Regional de Educação: avaliação do seu papel no desenvolvimento local e regional do estado da Bahia**. 2005. 145 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2005.
- BRANDÃO, Marcos Sampaio. A construção do espaço: o caso de Itaberaba. **GeoTextos**, 2009.
- BRASIL. Senado Federal. Memórias do Brasil – 1957: discursos de Juscelino Kubitschek. Brasília: Senado Federal, 2020.
- CARVALHO, William Almeida de. Pequena História da Maçonaria no Brasil. **REHMLAC - Revista de Estudios Históricos de la Masonería Latinoamericana y Caribeña**, San José, v. 2, n. 1, p. 30-58, maio-nov. 2010.
- CERQUEIRA, Eptácio Pedreira de. **Pedra que brilha**. 3.ed. EGBA. Salvador, 2003;
- JÚNIOR, Souza et al. **“Pedra que Brilha” em uma região sertaneja: institucionalização, poder e sociedade (1850-1888)**. Feira de Santana, 2015.
- DIAS, José Alves. **Rumo ao Palácio: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982)**. Vitória da Conquista: UESB, 2016.
- DINIZ, Ivanise Gomes Arcanjo. **História dos cursos técnicos dos Centros Integrados de Educação na Bahia: matemática, saberes e práticas docentes (1970 – 1982)**. 2021. 205 f. Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia/Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador, 2021.
- EGITO, Philipe Henrique Teixeira do. **Olhares da maçonaria sobre a educação no Brasil**. 2011. 89 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

- ESQUISSANI, V. O público e o privado na LDB 4.024/1961: marcos históricos para o financiamento da educação. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 20, p. 1-13, e017, 2021.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. 13. ed. Campinas: Papirus, 2011.
- IBGE -Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Histórico do município de Itaberaba**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/itaberaba/historico>. Acesso em: 5 jun. 2025.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.
- LIMA, Francisco Mateus Alexandre de; MACÊDO, Cláudia Karina Soares de; SOUZA, Francisco das Chagas Silva. Registros fotográficos em manuais do movimento brasileiro de alfabetização (MOBRAL): educação de adultos na ditadura civil-militar. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, SP, v. 10, n. 25, p. 383-403, set./dez. 2022.
- MADEIRA, Vicente de Paulo Carvalho. O Desafio Fundamental do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania – PNAC. **Revista Em Aberto**, Brasília, DF, ano 10, n. 50/51, abr.-set. 1992.
- MAGALHÃES, Fernando da Silva. **Maçonaria e Educação: Contribuições para o ideário republicano**. 2013. 305 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- MATOS, Geusa Magarete V.S de. **Vozes silenciadas em tempo de ditadura: Itaberaba nos anos de 1960**. 2010. 18 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Orientação de Cristiane Batista.
- MOURA, Gerson. **Avanços e recuos: a política exterior de JK**. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). **O Brasil de JK**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 39-66.
- NAPOLITANO, Marcos. **O Mito da Ditabranda**. In: NAPOLITANO, Marcos. **História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.
- NASCIMENTO, Manoel Nelito M. **Educação e nacional desenvolvimentismo no Brasil**. HISTEDBR – Navegando na História da educação brasileira. Faculdade de Educação/UNICAMP, Campinas, SP, v. 24, 2012.
- NUNES, Antonietta d’Aguiar. Fundamentos e políticas educacionais: história, memória e trajetória da educação na Bahia. **Publicatio UEPG**, Ponta Grossa, v. 16, n. 2, p. 209-224, dez. 2008.

- PADILHA, Caio Augusto Toledo. **Um estudo sobre as políticas educacionais do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961)**. 2010. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Orientação de José Claudinei Lombardi. [s.l.]: [s.n.], 2010.
- PILETTI, Claudino; Nelson. **História da Educação**. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- RAMÍREZ, Hernán; FRANCO, Marina. **Ditaduras no Cone Sul da América Latina: um balanço historiográfico**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
- ROMANELLI, Otaíza. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.
- SANFELICE, José Luís. O Manifesto dos Educadores (1959) à luz da história. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 28, p. 542-557, 2007.
- SANTOS, Alda Quintino dos. **O Ensino Médio na Bahia e os Ginásios/ Escolas Polivalentes: a iniciação para o trabalho**. Dissertação de Mestrado. UNEB, PPGEduc. Salvador, 2010.
- SILVA, Augusto César Acioly Paz. **Maçonaria em Pernambuco (1900-1930): lições para nossos dias**. Maceió, AL: Editora Olyver, 2020.
- SILVA, Edilaine dos Santos. Das pautas dos cadernos às pautas Jornalísticas: história da educação no município de Itaberaba. In: RIBEIRO, Antonio Marcos de Almeida (Org.). **Itaberaba: capítulos de história**. Paulo Afonso: Oxente, 2021.
- SILVA, Israel Santos. O processo de fundação da Loja Maçônica Luz e Fraternidade: 1954-1957. **Revista Ciência e Maçonaria (C&M)**, Brasília, DF, v. 5, n. 1, p. 25-34, jan./jun. 2018.
- SILVA, João Carlos da. História da educação: instituições escolares como objeto de pesquisa. **Educere et Educare**, Cascavel, v. 4, n. 8, p. 213-231, jul./dez. 2009.
- Site M33. **Loja Deus, Justiça e Fraternidade**. Disponível em: <https://www.m33.com.br/>. Acesso em: 28/10/2025.
- SOUZA, Francisca Leidiana de; MEDEIROS NETA, Olivia Morais de. O Governo Juscelino Kubitschek e a Educação (1956–1961). **Cadernos do GPOSSHE**, Universidade Estadual do Ceará, 2022.
- TORRES, Andresso Marques; SILVA, Jailson Costa; FREITAS, Marinaide. Dos fios da memória à tessitura da história: narrativas sobre o Programa de Educação Integrada (PEI) do Mobral no sertão de Alagoas. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v. 8, p. 1–15, 2020.
- VILLELA, A. Dos “anos dourados” de JK à crise não resolvida (1956-1963). In: GIAMBIAGI, F. et al. **Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.